

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 051/2023  
Data: 22/03/2023



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
PROJETO DO LITORAL DE SP QUE FORMA MÃO DE OBRA PARA CRUZEIROS DEVE TER DUAS EDIÇÕES AO ANO + .....	4
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SETOR AQUAVIÁRIO .....	5
PRÓXIMA OPERAÇÃO VERÃO TERÁ REFORÇO DE FUZILEIROS NAVAIS NO LITORAL DE SP.....	6
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>7</b>
PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL PARA AS DISTRIBUIDORAS .....	7
PRESSÃO DOS JUROS E INFLAÇÃO LEVAM 5 MONTADORAS A PARALISAR PRODUÇÃO .....	8
LULA ENCONTRARÁ RAQUEL LYRA NO PALÁCIO E JOÃO CAMPOS NO GERALDÃO .....	9
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....</b>	<b>11</b>
SISTEMA RODOVIÁRIO RIO-VALADARES GANHA 18 NOVAS BASES DE SERVIÇOS OPERACIONAIS .....	11
INVESTIMENTO EM TRANSPORTES AUMENTA COMPETIVIDADE DA ECONOMIA E PROMOVE INTEGRAÇÃO, DIZ RENAN.....	12
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>13</b>
EDITORIAL – EQUILÍBRIO, DESENVOLVIMENTO E SAÚDE FIANCEIRA.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Santos Brasil 1</i> .....	14
<i>Santos Brasil 2</i> .....	14
<i>São João 1</i> .....	14
<i>São João 2</i> .....	15
NACIONAL - RENAN ESPERA QUE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA FIQUEM FORA DO TETO DE GASTOS .....	15
NACIONAL - FRANÇA PROMETE SIMPLIFICAR ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS .....	16
NACIONAL - CONGRESSO GANHA FRENTE PARLAMENTAR EM PROL DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS .....	17
NACIONAL - EMPRESAS DE CABOTAGEM LIDERAM RANKING DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL .....	18
REGIÃO SUL - COM PACOTE DE PROJETOS, IMBITUBA PLANEJA RECEBER MAIS NAVIOS AO MESMO TEMPO .....	19
REGIÃO SUDESTE - OPERAÇÃO DA RECEITA COMBATE FRAUDE FISCAL NA COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS .....	21
REGIÃO SUDESTE - PF CUMPRE MANDADOS EM AÇÃO CONTRA O TRÁFICO INTERNACIONAL NO PORTO DE SANTOS .....	22
OPINIÃO – ARTIGOS - PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NA AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA: LIMITES AO PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	22
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>24</b>
LULA QUER FIM DA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS .....	24
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>26</b>
INVESTIMENTO DE MAIS DE R\$ 80 MILHÕES EM TECNOLOGIA GARANTE SEGUNDO VERÃO NO RIO SEM GEOSMINA.....	26
GOVERNO ESTIMA DÉFICIT DE R\$ 107 BI NAS CONTAS PÚBLICAS NESTE ANO .....	29
É PRECISO MUDAR O PARADIGMA DOS INCENTIVOS FISCAIS E DA FILANTROPIA.....	30
TARCÍSIO PREPARA PACOTE CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES EM SP, MAS SABESP FICA PARA 2024.....	32
TEBET ACREDITA QUE ARCABOUÇO FISCAL VAI ‘PERMITIR’ QUEDA NOS JUROS EM 45 DIAS .....	33
UNIÃO QUER AUMENTAR GARANTIAS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA DESTRAVAR OBRAS EM ESTADOS E MUNICÍPIOS .....	34
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>36</b>
RUI COSTA DIZ QUE PRESIDENTE DO BC PRESTA ‘DESSERVIÇO’ AO PAÍS E PROMETE REAÇÃO CASO JURO NÃO CAIA .....	36
BRASIL SUPEROU CRISE DE SEMICONDUTORES E ENFRENTA AGORA FALTA DE DEMANDA, DIZ PRESIDENTE DA ANFAVEA .....	37
DEPUTADO ARTHUR LIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA.....	39
‘O BRASIL NÃO PODE VIVER COM DÉFICITS FISCAIS CRÔNICOS’, DEFENDE ALFREDO SETUBAL, CEO DA ITAÚSA.....	40
TECNOLOGIA BANCÁRIA COLABORA PARA MAIOR ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS; LEIA ARTIGO.....	41
PLANALTO TEME REPERCUSSÃO DE FALA DE LULA SOBRE MORO APÓS OPERAÇÃO E SECOM APONTA LIGAÇÃO ‘PERVERSA’. .....	42
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>43</b>
BAMIN FECHA CONTRATO DE VENDA DE MINÉRIO DE FERRO NA BAHIA PARA A ANGLO AMERICAN .....	43
MACRON COMPARA ATOS CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA A VANDALISMO NO BRASIL E NO CONGRESSO DOS EUA .....	44
REGULAÇÃO LIMITA O AVANÇO DE REÚSO .....	45
SANTOS BRASIL PREVÊ CICLO DE RENEGOCIAÇÃO EM 2023 .....	46
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>48</b>
OPERAÇÃO PANTANAL 2, COMBATE AO INCÊNDIO NA REGIÃO© MAYKE TOSCANO/SECOM-MT .....	48
LULA INAUGURA PRIMEIRO COMPLEXO ASSOCIADO DE ENERGIA RENOVÁVEL .....	48



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 051/2023  
Página 3 de 51  
Data: 22/03/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>49</b>
EM REUNIÃO COM ABTP, MINISTRO FALA EM PROCESSOS MAIS CÉLERES PARA PROJETOS DO SETOR .....	49
TERMINAIS PEDEM PRAZO MAIOR DE ADAPTAÇÃO ÀS REGRAS DE ACESSO A INSTALAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS.....	50
<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>51</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	51



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### PROJETO DO LITORAL DE SP QUE FORMA MÃO DE OBRA PARA CRUZEIROS DEVE TER DUAS EDIÇÕES AO ANO +

Com ampliação da temporada 2023/2024, trabalho é para atender demanda por profissionais e evitar colapso

Por: *Bárbara Farias*



**Segundo o co-fundador do Projeto Jovens Tripulantes, Fabrício Brito, os salários de tripulantes variam de US\$ 545 a US\$ 4 mil Foto: Fabrício Costa/AT**

Com a confirmação de que a temporada 2023/2024 de cruzeiros será ampliada e contará com oito meses de viagens pela costa nacional e países da América do Sul, segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), um dos cursos mais conhecidos no País para formação de mão de obra no setor, o Projeto Jovens Tripulantes, nascido na Baixada Santista, planeja lançar

duas edições ao ano para ampliar a oferta de pessoal qualificado e evitar um colapso por falta de trabalhadores.

“A próxima temporada começará em outubro e terminará em maio. É provável que o número de vagas a tripulantes dobre, considerando rotatividade de funcionários, férias, desistências e termos de contrato. Hoje, no Brasil e no mundo, a indústria de cruzeiros passa por um colapso. Não há mão de obra suficiente para o número de embarcações. Por isso, a ideia é lançar duas edições por ano”, afirmou o cofundador da Deck4, empresa responsável pelo Jovens Tripulantes, Fabrício Brito.

Ele explica que, atualmente, é possível se qualificar on-line para trabalhar nos transatlânticos, por meio de cursos profissionalizantes das áreas que mais empregam profissionais brasileiros. “Cito áreas de governança, bar, restaurante, cozinha, inglês e italiano. Fora isso, o aluno tem acompanhamento pedagógico nos seis meses de duração do programa, que é gratuito e conta com o acompanhamento de profissionais do setor marítimo, psicólogos e professores de idiomas”.

Voltado para o público de 18 a 45 anos, o projeto já formou 900 alunos no formato EaD, sendo que 735 conseguiram embarcar. “Destes, 49% são da Baixada Santista e Vale do Ribeira. Qualificamos tanto o jovem em situação de vulnerabilidade quanto o profissional acima dos 40 anos que busca por uma mudança de carreira. O setor tem salários a partir de US\$ 545, indo até US\$ 4 mil. Assistente de camareira e assistente de garçom podem ganhar até R\$ 11 mil se estiverem preparados”.

De acordo com Brito, como o objetivo é viabilizar o ingresso no mercado de trabalho, os alunos são avaliados durante todo o período de formação. “O aluno é estimulado e avaliado para, ao término do curso, participar dos processos de recrutamento das agências brasileiras que selecionam os tripulantes para as mais diversas companhias. É importante ressaltar que os alunos não embarcam somente nos navios que fazem a temporada brasileira”.

#### Cenário atual

Sobre a temporada 2022/2023, que acabará em abril, o cofundador da Deck4 disse que ela se tornou um verdadeiro sucesso, o que só aumenta a expectativa em relação à temporada 2023/2024. “As companhias apostam bastante no mercado brasileiro porque somos um destino que reúne muitas potencialidades. Mais navios, mais vagas de trabalho para os brasileiros”.

A legislação brasileira garante mercado de trabalho aos profissionais do País. “O governo exige que as companhias contratem 15% de tripulantes brasileiros para operar legalmente em águas brasileiras. Esse índice já foi de 25%. A expectativa é que na próxima temporada embarquem mais de 10 mil tripulantes nos navios que farão cabotagem no Brasil”.

### Serviço

O Projeto Jovens Tripulantes abriu inscrições para nova turma de Ensino a Distância. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o próximo dia 20 de abril, somente pelo site [www.deck4.com.br/jovenstripulantes](http://www.deck4.com.br/jovenstripulantes). São 150 vagas disponíveis. A lista final de aprovados será divulgada em 24 de abril. As matrículas para os candidatos serão feitas nos dias 25 e 26 do mesmo mês e em 27 de abril haverá aula inaugural.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/03/2023

## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SETOR AQUAVIÁRIO

Antaq levantou dados sobre a presença de mulheres no cenário brasileiro

Por: Flávia Takafashi



**No Brasil, 38% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres Foto: Divulgação/Pixabay**

O mês de março é marcado pelo Dia Internacional da Mulher e pelas celebrações às conquistas femininas. A passos ainda lentos, as mulheres estão firmando espaço no mercado de trabalho e caminhando em direção à igualdade de direitos. O mercado de trabalho mundial tem buscado adotar práticas de trabalho mais inclusivas, cada vez mais abrindo as portas para o acesso de talentos femininos.

O Relatório Women in Business 2022, produzido pela consultoria Grant Thornton, levantou a posição de mulheres na alta administração das empresas em todo o mundo e o progresso rumo à paridade de gênero no cargos de liderança. Os dados são resultado de entrevistas com cinco mil lideranças globais de destaque, sendo 250 brasileiras. A participação de mulheres em cargos de liderança nas empresas de todo o mundo cresceu 11% na última década. Hoje, 32% da alta administração das empresas é composta por mulheres e 90% das companhias possuem ao menos uma mulher em posição de liderança. No Brasil, 38% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.

Embora os números representem um avanço, a evolução é lenta e ainda temos um longo caminho pela frente. Visando aprofundar o conhecimento do setor aquaviário com relação a seus trabalhadores e aprimorar as políticas voltadas à equidade de gênero, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) levantou dados sobre a presença feminina no setor aquaviário. Isso é fruto do acordo de cooperação firmado entre a agência e a Wista Brazil, em março de 2022. A Wista Brazil, parte da Wista International e associação com status consultivo na International Maritime Organization (IMO), tem como um objetivo a promoção da equidade de gênero no setor aquaviário, sendo plataforma de networking e propagação de informações.

Formaram parte da pesquisa 302 empresas, entre terminais portuários, autoridades portuárias, empresas brasileiras de navegação (EBN) e Órgãos Gestores de Mão de Obra (Ogmos). Os formulários de livre resposta coletaram informações sobre quantidades de empregados, gerentes e dirigentes, homens e mulheres, faixa etária desse público e também sobre a cultura das empresas do setor com relação às políticas de equidade de gênero, bem como programas de inclusão social.

Os resultados apontaram que as mulheres ocupam 17,3% do total de vagas no setor portuário brasileiro. O setor de navegação possui mais de 23% das mulheres em posições de gerência. Já no

setor portuário, os cargos de direção têm menor ocupação feminina, com 13% do quadro ocupado por mulheres. As empresas que atuam em ambos os setores, portuário e de navegação, lideram o ranking, com 17,9% dos cargos ocupados por mulheres. As administrações portuárias e as empresas de cabotagem de contêineres tiveram maior participação na pesquisa. As companhias de cabotagem se destacam quanto à participação feminina, com 34% dos cargos ocupados por mulheres e mais de 30% delas em posições de liderança.

As autoridades portuárias têm participação feminina acima da média geral dos setores, exceto para o quadro de direção. Na maioria das empresas entrevistadas, menos de 30% dos funcionários são mulheres e menos de 30% delas ocupam cargos de liderança. Além disso, 2,9% das empresas informaram que mais da metade de seus empregados são mulheres. No geral, os cargos estão ocupados por maioria masculina, na faixa entre 25 e 44 anos. As empresas de médio porte (com 23 a 144 empregados) apresentaram a menor participação feminina entre os entrevistados.

Quanto à adoção de políticas de equidade de gênero, 90,7% das empresas disseram adotar pelo menos uma política de equidade no recrutamento de seus empregados e 68,5% delas afirmam assegurar a igualdade salarial. Por fim, 35,4% adotam políticas de orientação sobre igualdade de gênero e 4,6% disseram não aplicar nenhuma política de igualdade nos processos de recrutamento e seleção. Os dados coletados pela pesquisa foram agrupados em um dashboard e estarão disponíveis para visualização no site da Antaq.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 22/03/2023**

## PRÓXIMA OPERAÇÃO VERÃO TERÁ REFORÇO DE FUZILEIROS NAVAIS NO LITORAL DE SP

Marinha decide reativar grupamento em Santos; Capitania dos Portos destaca avanços na temporada 2022-2023

**Por: Ted Sartori**



**Foram abordadas 8.437 embarcações de esporte e recreio e transporte de passageiros. Trezentas e quarenta foram notificadas e 27 apreendidas Foto: Alexander Ferraz**

A próxima Operação Verão a ser realizada pela Capitania dos Portos no Litoral de São Paulo, prevista para a temporada 2023-2024, deve contar com a presença de fuzileiros navais para garantir a segurança no mar paulista. A Marinha está reativando o grupamento operativo, em Santos, autorizada por uma portaria publicada em janeiro deste ano. A novidade foi

antecipada ontem, durante a divulgação dos resultados da Operação Verão 2022-2023.

"A Marinha está considerando a importância estratégica do Porto de Santos e, até o fim do ano, o grupamento estará reativado. A ideia inicial é um efetivo de cerca de 158 militares, mas ele está sendo estruturado para receber efetivo maior, concentrando as ações no Porto e colaborando com a Capitania", detalhou o capitão de corveta Marcos Aurino Teles Correia, comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais de Santos.

Quanto ao balanço das ações do verão 2022-2023, realizadas entre 14 de dezembro e o último dia 15, o capitão dos Portos de São Paulo, capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá, destacou importantes avanços, como um salto nas abordagens e o efetivo à disposição: 300 militares, 15 embarcações e 18 viaturas da Capitania dos Portos de São Paulo e da Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião.



“O balanço é totalmente positivo. Saltamos de um número em torno de 2.500 abordagens na anterior para quase 8.500 inspeções. São números expressivos que denotam o sucesso de cada uma dessas instituições na busca pela não ocorrência de acidentes e cumprimento de normas”, afirmou o capitão dos Portos. Foram abordadas 8.437 embarcações de esporte e recreio e transporte de passageiros. Trezentas e quarenta foram notificadas e 27 apreendidas.

Levando-se em conta os tipos de embarcação apreendidas, a maioria (60%), de acordo com o capitão dos Portos, foi de motos aquáticas, enquanto 30% eram de esporte e recreio e os 10% restantes se referiam a embarcações de passageiros. Já em relação aos condutores, a falta de habilitação liderou a lista.

Além disso, também encontramos falta de documentação apropriada da embarcação e de equipamentos de salvatagem. São problemas que poderiam ser evitados se houvesse mais conscientização desses usuários. Eles estão conduzindo familiares e amigos e, então, têm que entender que é necessária essa habilitação para a segurança deles e de terceiros”.

### Recursos e planejamento

A Capitania dos Portos atuou em conjunto com as prefeituras e suas Guardas Municipais, além da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, em convênio para a fiscalização tanto em mar quanto em terra.

“Fizemos um minucioso mapeamento das áreas com problemas, como em São Vicente e no Canto do Tortuga, em Guarujá, e recebemos militares de outras áreas do País. Também conseguimos, por convênio com o Ministério Público Federal, recursos extraordinários da Marinha que nos proporcionaram incremento da nossa infraestrutura, operacionalidade e manutenção das nossas embarcações”, explicou Costa e Sá.

Com o término da Operação Verão 2022-2023, além de planejar a próxima, é preciso ficar atento aos vários feriados prolongados que ocorrerão ao longo do ano. “Estamos nos preparando para que tenhamos uma presença maior nessas áreas, onde há probabilidade de acidentes pela alta procura do esporte náutico e também pelos banhistas”, observa o capitão dos Portos.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 22/03/2023*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL PARA AS DISTRIBUIDORAS

*Por Jairo Lima*

Em nota, a Petrobras informou que a sua parcela no preço ao consumidor será, em média, R\$ 3,45 a cada litro vendido na bomba

O preço médio de venda de diesel A da Petrobras para as distribuidoras será mais baixo a partir desta quinta-feira (23). Com a redução de R\$ 0,18 por litro, o valor passará de R\$ 4,02 para R\$ 3,84 por litro.

Em nota, a Petrobras informou que a sua parcela no preço ao consumidor será, em média, R\$ 3,45 a cada litro vendido na bomba, após considerar a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos.

De acordo com a companhia, os principais motivos do recuo são a manutenção da competitividade dos seus preços “frente às principais alternativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos de refino”.



A petroleira destacou ainda que na definição de preços preserva a competitividade, mas evita o repasse das frequentes mudanças do mercado internacional. “Ciente da importância de seus produtos para a sociedade brasileira, a companhia destaca que na formação de seus preços busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente”.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 22/03/2023*

## **PRESSÃO DOS JUROS E INFLAÇÃO LEVAM 5 MONTADORAS A PARALISAR PRODUÇÃO**

Falta de componentes é apenas uma das alegações das montadoras para suspender produção.

Diversas montadoras anunciaram neste mês que vão conceder férias coletivas aos funcionários e paralisar a produção de veículos em suas plantas no Brasil. Os motivos são diversos. Vão desde a falta de equipamentos, agravada pela pandemia de covid-19, até problemas provocados pelo cenário econômico brasileiro, principalmente com a alta dos juros e da inflação, o que levou à queda nas vendas de veículos.

A primeira a interromper a produção foi a Volkswagen, que parou com as atividades em fevereiro em São Bernardo do Campo (SP), São José dos Pinhais (PR) e na fábrica de motores de São Carlos (SP) por falta de peças. As três unidades já voltaram a operar normalmente, mas a montadora anunciou que vai adotar 10 dias de férias coletivas na fábrica de Taubaté (SP), a partir do próximo dia 27, “para manutenção de produção da unidade e também em razão da instabilidade na cadeia de fornecimento de componentes”.

Na Hyundai Motor Brasil, as férias coletivas começaram segunda-feira (20) para os três turnos de produção e equipes administrativas da fábrica em Piracicaba, no interior de São Paulo. As férias coletivas vão até o dia 2 de abril, mas não atingem as operações da fábrica de motores, localizada no mesmo complexo industrial. Segundo a empresa, o objetivo é adequar os volumes de produção para o mês de março, evitando a formação de estoques. A empresa informou que acompanhará a dinâmica do mercado interno de veículos para o primeiro trimestre deste ano.

### **Montadoras reclamam dos custos**

A Mercedes-Benz do Brasil informou que vai conceder férias coletivas, de forma parcial, na fábrica de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. As férias serão entre os dias 3 de abril e 2 de maio por “necessidade de ajuste no programa de produção”. De acordo com a montadora, a medida é necessária por causa da falta de componentes na indústria automotiva global e nacional e para adequação dos volumes de vendas do mercado de veículos comerciais.

As montadoras GM e Stellantis também vão conceder férias coletivas aos funcionários, paralisando a produção nas fábricas em São José dos Campos, em São Paulo, e Goiana, em Pernambuco.

Em entrevista nesta terça-feira (21) à Agência Brasil, o professor Antônio Jorge Martins, coordenador dos cursos automotivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), disse que as paralisações e as férias coletivas foram motivadas basicamente pelo aumento dos custos que, como consequência, fez subir o preço dos veículos e elevar os custos dos financiamentos.

“O mundo passou por grandes mudanças ao longo dos últimos anos e, em particular, após a pandemia. A pandemia, de forma geral, até por conta do início da digitalização das empresas mundiais, fez com que aumentassem os custos de várias peças e componentes da área automotiva, em particular, dos semicondutores”, disse o professor.

### **Juros e renda**

Com o aumento dos custos das partes, peças e componentes, aliado à desvalorização cambial no país e à alta dos custos de frete e logística, o setor automotivo precisou aumentar o preço dos veículos. “E esse aumento nos preços não foi acompanhado pelo aumento da renda da sociedade como um todo”,



destacou Martins. “Isso, de forma geral, fez com que o mercado deixasse exatamente de se equilibrar de forma adequada, gerando, como consequência, a necessidade de paralisação das fábricas para uma adequação a uma nova realidade de demanda”, acrescentou.

De acordo com Martins, o segundo motivo da paralisação da produção foi o cenário econômico brasileiro, principalmente por causa da alta dos juros. “A taxa de juros praticada pelo mercado financeiro também afetou a demanda de veículos até porque, na prática, de 60% a 70% das vendas são feitas por meio de financiamentos. Então, se a sociedade já está com o poder de compra abalado e, paralelamente, ainda tem dificuldades de cumprir os novos custos decorrentes de financiamentos, isso de forma geral acabou reforçando a necessidade de paralisação das montadoras que, por sua vez, não têm interesse em produzir para estoque”, afirmou.

A Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef) já havia alertado sobre tal cenário em seu último boletim. Segundo a Anef, o ano de 2022 foi fortemente impactado pela alta de preço dos veículos, bem como pelo aumento da inadimplência e dos juros. A associação ressaltou que a inadimplência de pessoas físicas com pagamentos em atraso superior a 90 dias chegou a 5,9% em 2022, o maior índice dos últimos anos.

Para Martins, a paralisação da produção de veículos não deve se prolongar ou durar muito tempo. “A estratégia das montadoras não é ficar muito tempo parada. As que têm estoque vão parar um pouquinho mais. Aquelas que têm menor estoque param menos, mas a estratégia é realmente adequar a produção a uma nova realidade de demanda.” O professor estima que, neste ano, o setor automotivo feche com crescimento entre 2% e 5% em relação ao ano passado.

Procurada, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) respondeu que não se manifestaria sobre as paralisações nas montadoras. No início de março, porém, ao divulgar dados sobre a indústria automotiva no país, a Anfavea informou que o fechamento provisório de algumas fábricas em fevereiro decorreu da falta de semicondutores ou da necessidade de ajustes na linha de montagem e que havia preocupação com a falta de crédito no país.

Já a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) não respondeu à solicitação da Agência Brasil.

*Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda*

*Data: 22/03/2023*

## LULA ENCONTRARÁ RAQUEL LYRA NO PALÁCIO E JOÃO CAMPOS NO GERALDÃO

*Por Jairo Lima*

Presidente vai ao Palácio do Campo das Princesas onde assina homologação do acordo de gestão compartilhada de Fernando de Noronha entre União e o Estado



***O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participará nesta quarta (22) do lançamento do novo PAA no RecifeFoto José Cruz/ Agência Brasil.***

Desde que venceu as eleições vai ser a primeira vez que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visita o Recife. Nesta quarta-feira (22/03), às 15h, Lula estará no Geraldão para fazer o lançamento do do novo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ao lado ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, também filiado ao PT. O PAA foi paralisado

pelo governo Bolsonaro, mas volta recebendo o investimento inicial R\$ 500 milhões para todo País.

O PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança

alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Na agenda, o presidente será acompanhado também do prefeito João Campos (PSB), a quem vai anunciar aportes para o programa de investimentos de prevenção contra desastres para a cidade do Recife. Aliás, foi o PSB pernambucano que indicou o Geraldão para sediar o evento, já que é um equipamento da Prefeitura do Recife que foi reformado e reentregue à população em 2020, ainda na gestão do ex-prefeito Geraldo Julio (PSB).

O evento pode representar para João Campos uma virada na página definitiva depois das eleições passadas, quando Lula ficou dividido entre o então candidato socialista Danilo Cabral, que estava atrás de Marília Arraes (SD) na corrida eleitoral e dividiu as atenções do líder petista.

Na pauta, Lula também vai anunciar investimentos para obras de prevenção contra desastres no Recife, ou seja, o petista atende a uma demanda do prefeito João Campos ao ministro das Cidades, Jader Filho. Este ministro, que também se reuniu com a governadora Raquel Lyra (PSDB), em Brasília, na última segunda (20).

Raquel Lyra também terá seu momento ao lado do presidente Lula, no Palácio do Campo das Princesas, às 13h, onde o será homologado o acordo sobre a gestão compartilhada do Arquipélago de Fernando de Noronha. O encontro será registrado apenas aos órgãos oficiais de imprensa. Na semana passada, Lula convidou a governadora para participar da assinatura do Pronasci, em Brasília, e continua acenando para a tucana com mais esse encontro. Provavelmente, Raquel não deve participar da agenda no Geraldão.

### **NORONHA**

Com a homologação do acordo junto a Pernambuco, a União deixa de requerer a titularidade da Ilha. Pernambuco reconhece um certo descaso com a Ilha e agora se compromete e cuidar do lugar. Por fim, pendências de ativos financeiros feitos a Pernambuco provenientes de um contrato de cessão, que data das gestões Jarbas Vasconcelos e Fernando Henrique Cardoso não existem mais devido a nulidade do contrato por parte do Supremo Tribunal Federal.

### **HABITACIONAIS**

Antes de encontrar o presidente Lula, Raquel Lyra entrega 272 imóveis do Habitacional Canal do Jordão e lança programa Morar Bem.

O habitacional estava na lista de obras inacabadas do governo estadual desde 2015. A cerimônia contará com a presença do ministro das Cidades, Jader Filho. Durante o evento será lançado o Programa Morar Bem, que tem como meta beneficiar 50 mil famílias com moradias.



### ***Em defesa da Hemobrás, Humberto articula retirada de PEC***

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, Humberto Costa (PT-PE) usou, nesta terça-feira (21), a tribuna da Casa para condenar a tramitação da Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) nº 10/2022, que, na prática, autoriza a comercialização de sangue no país. Para o senador, a medida é um retrocesso e deve ser retirada da pauta do Congresso.

A Constituição Federal de 1988 proibiu que sangue virasse um produto negociado no mercado, encerrando um ciclo de horror vivido pelo país nas duas décadas anteriores em que sangue era trocado, sem qualquer critério rígido, até “por pão e um copo de café”. “Foi uma vitória da sociedade civil e do movimento da Reforma Sanitária, razão pela qual essa PEC é um enorme atraso em políticas públicas de saúde”, afirmou.

Criador da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), em 2004, no período em que foi ministro da Saúde do primeiro governo Lula, Humberto defendeu o órgão, cuja função social é garantir o abastecimento prioritário aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

### Tadeu Alencar anuncia mais de 4 mil prisões de crimes contra a mulher em três semanas



Em três semanas, 4.255 pessoas foram presas no âmbito da Operação Átria, que combate crimes contra a mulher em todos os estados brasileiros. Desse total, 3.598 prisões foram em flagrante, conforme balanço parcial divulgado nesta terça-feira (21) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

#### ***O secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar***

Em entrevista coletiva, o secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, considerou a violência de gênero um quadro grave no Brasil. De acordo com o secretário, o país registrou, ao longo do ano passado, aumento de 5% no número de feminicídios.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**  
**Data: 22/03/2023**

## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### SISTEMA RODOVIÁRIO RIO-VALADARES GANHA 18 NOVAS BASES DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

Atendimentos médico e mecânico de emergência, salas de descanso e banheiros, entre outras facilidades, estão à disposição dos usuários da BR-116, BR-465 e BR-493



***Bases abrigam veículos operacionais como incluindo ambulâncias, guinchos e caminhões-pipa*** - **Foto: Divulgação/EcoRioMinas**

A partir desta quarta-feira (22), usuários das BR-116, BR-465 e BR-493 – que formam o Sistema Rodoviário Rio-Valadares – passam a contar com novas 18 bases de serviços operacionais ao longo do percurso. Previstas no contrato de concessão assinado pelo Governo Federal com EcoRioMinas, as estruturas terão atendimentos

médico e mecânico de emergência 24 horas por dia.

São 10 estruturas em Minas Gerais e oito no Rio de Janeiro, que contam com salas com banheiros e facilidades como conexão à internet. Abrigam ainda veículos operacionais da concessionária, incluindo ambulâncias, guinchos e caminhões-pipa, entre outros. Ao todo, a frota à disposição dos usuários conta com 29 ambulâncias, 19 guinchos, cinco caminhões-pipas e cinco veículos para resgate de animais.

O sistema Rio-Valadares representa um importante corredor logístico para o país por fazer a integração do Sudeste com o Sul e o Nordeste do país. A BR-116 e as demais vias concedidas a EcoRioMinas têm papel importante no escoamento da produção agropecuária, industrial e mineral do país. Os trechos das rodovias sob concessão atravessam 36 municípios.

### Investimento

As obras nessas estradas devem gerar em torno de 130 mil empregos, proporcionando desenvolvimento e aumento de renda para as localidades impactadas: desde cidades com menos de 5 mil habitantes até a capital do Rio de Janeiro, com mais de 6 milhões de habitantes.

Ao todo, devem ser aplicados aproximadamente R\$ 20 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão, entre recursos para operação e manutenção e novos investimentos. Dentre os aportes a serem realizados pela gestora do sistema rodoviário estão a duplicação de 303 quilômetros de pistas e implantação de 255 quilômetros de faixas adicionais, 775 acessos, 65 passarelas, 534 paradas de ônibus e 12 praças de pedágio ao longo das vias.

Também estão previstos três áreas de escape na Serra de Teresópolis (RJ) e dois pontos de parada para caminhoneiros. A empresa deverá seguir padrões internacionais de segurança viária, com foco na prevenção de acidentes, e fazer a compensação ambiental das emissões de carbono relativas à operação.

### Prioridades

Pelo cronograma estabelecido em contrato, no primeiro ano a EcoRodovias faz as obras emergenciais de reparos de pavimentação, sinalização, iluminação, passagens inferiores e superiores, passarelas de pedestres, drenagem e estrutura de contenção, além das próprias bases operacionais. Do segundo ao quinto ano começam as obras de recuperação da rodovia.

\*Com informações da EcoRioMinas

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 22/03/2023

## INVESTIMENTO EM TRANSPORTES AUMENTA COMPETIVIDADE DA ECONOMIA E PROMOVE INTEGRAÇÃO, DIZ RENAN

Em audiência pública no Senado, ministro dos Transportes destacou incremento do orçamento público e defendeu ampliação das parcerias privadas



**Aos senadores, Renan Filho detalhou os investimentos e as prioridades para 2022 - Foto: Márcio Ferreira/MT**

Recuperar o investimento no setor de transportes rodoviário e ferroviário vai aumentar a competitividade econômica do Brasil, diminuir distâncias e reduzir desigualdades, disse nesta terça-feira (21) o ministro dos Transportes, Renan Filho. A avaliação ocorreu durante audiência pública conjunta nas comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.



Na visão do ministro, são dois os caminhos: recompor o orçamento público e avançar nas parcerias público-privadas. Para este ano, o Ministério dos Transportes tem R\$ 20,5 bilhões para investir: R\$ 6,6 bilhões da Lei Orçamentária Anual, R\$ 12,2 bilhões da Emenda Constitucional do Bolsa Família e outros R\$ 1,7 bilhão em restos a pagar. Com estes valores, foi possível retomar cerca de 100 obras que estavam paradas ou em ritmo lento.

"Poucas coisas nos unem tanto quanto a necessidade de investir em infraestrutura, porque ela desenvolve as fronteiras agrícolas, do turismo, minerais. Aumenta a eficiência e competitividade da economia, reduz desigualdades regionais, aproxima as regiões e promove a integração nacional. Quanto menos se investe em infraestrutura, menos competitivo é o país", disse o ministro.

### Investimento

Mesmo com o reforço orçamentário, o ministro avalia ser necessário avançar com as parcerias público-privadas. Uma das metas estabelecidas pelo Governo Federal é reduzir a quantidade de rodovias brasileiras consideradas regulares, ruins ou péssimas e torná-las boas e ótimas, na avaliação dos usuários, nos próximos anos. Segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 66% das rodovias federais e estaduais tiveram avaliação negativa.

"O governo entende que é importante conceder o que há viabilidade econômica para tanto porque você concentra os seus esforços onde não há condição de a iniciativa privada, por meio de cobrança de pedágios, garantir a manutenção. Esse é um modelo utilizado no mundo inteiro. A gente já tem quase 15 mil quilômetros concedidos e a tendência é chegar, nos próximos anos, a 20 ou 25 mil quilômetros de concessões", explicou o ministro.

### Ferrovias

Apesar de o orçamento público para o setor ferroviário ter aumentado seis vezes de 2022 para cá, o valor ainda é insuficiente, segundo o ministro. Essenciais para um país de dimensões continentais como o Brasil, as ferrovias hoje transportam cerca de 20% das cargas brasileiras. A meta prevista no Plano Nacional de Logística (PNL) é chegar a 40% até 2035, tornando a matriz de transportes mais equilibrada e sustentável.

"Infelizmente, no ano passado, o Brasil só investiu R\$ 100 milhões em obras próprias de ferrovias. Isso é muito pouco, significa 10 quilômetros. É muito aquém do desafio de um país continental como o Brasil. Este ano nosso orçamento é de R\$ 600 milhões. Obras ferroviárias têm a maior parte do seu investimento privado, mas é importante que o Brasil tenha condições de fazer parcerias público-privadas", disse.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF  
Data: 22/03/2023



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – EQUILÍBRIO, DESENVOLVIMENTO E SAÚDE FIANCEIRA**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

Equilíbrio, desenvolvimento e saúde financeira NESTA EDIÇÃO O ministro dos Transportes, Renan Filho, defendeu que os investimentos em infraestrutura fiquem fora do teto de gastos, no novo arcabouço legal que o Governo Federal prepara e que começa a apresentar ao Congresso Nacional. Segundo ele, ao não incluir tais pagamentos no cálculo do limite de despesas da União, o Palácio do Planalto irá liberar a pasta para ações no segmento de infraestrutura há muito demandadas pelo setor privado, dando um impulso estratégico para a economia nacional.



A proposta foi apresentada por Renan nessa terça-feira, dia 21, durante sua participação na audiência pública na Comissão de Infraestrutura no Senado, para apresentar o plano de trabalho de sua pasta para os próximos dois anos.

Como destaca reportagem publicada na edição desta quarta-feira, dia 22, do Jornal BE News, o orçamento do Ministério da Infraestrutura reservado pelo último governo para este ano era de R\$ 5 bilhões. O valor foi revertido para R\$ 21 bilhões através da aprovação da PEC da Transição, que, entre outros resultados, liberou gastos federais. “Se voltarmos a uma capacidade pré-PEC, não teremos condição de frear a piora da nossa infraestrutura de transportes. Não há gestão que tenha a capacidade de suplantar a necessidade de investimentos”, destacou.

Renan enfatizou que, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 66% da malha federal e estadual estão em situação regular, ruim ou péssima. E, caso consiga recursos, se comprometeu a recuperar, até 2025, os trechos em estado ruim ou péssimo.

É inegável que a infraestrutura de transportes brasileira demanda investimentos urgentes, tanto em rodovias e ferrovias, como em portos e aeroportos. As necessidades são diversas e o impacto da crítica situação em que esses avos se encontram é desastroso para a economia nacional. Porém, não se pode agir irresponsavelmente diante da realidade fiscal do País. Assim, é evidente que o Governo terá de agir com parcimônia e encontrar uma solução que atenda a infraestrutura e a saúde fiscal nacional. Está claro que todas as demandas não serão sanadas, mas esperasse que as mais gritantes possam ser tratadas.

Que as pastas de Transportes e Portos e Aeroportos definam suas prioridades e debatam com a equipe econômica até onde poderão ir em seus projetos. Que os pedidos do setor privado sejam considerados e a realidade financeira do País, levada em conta. E, dessa forma, que o Governo avalie bem a situação e encontre o equilíbrio tão necessário para melhor atender o País, seu desenvolvimento e sua saúde financeira.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/03/2023**

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **SANTOS BRASIL 1**

A operadora portuária e logística Santos Brasil registrou um lucro líquido de R\$ 135,5 milhões no último trimestre do ano passado, uma alta de 23,2% em relação ao mesmo período de 2021. Com esse resultado, o ano contabilizou um lucro de R\$ 429,5 milhões, um crescimento de 67,5%. Já o Ebitda (o valor dos lucros antes de se contabilizar juros, impostos, depreciação e amortização) desse quarto trimestre chegou a R\$ 198,3 milhões, 24,2% a mais do que o obtido no período de outubro a dezembro do exercício anterior. Em todo o ano, o Ebitda somou R\$ 809,9 milhões, 42,4% a mais. Os dados integram os resultados operacionais e financeiros da empresa, divulgados na noite de ontem.

### **SANTOS BRASIL 2**

Em relação às operações, os terminais de contêineres da Santos Brasil operaram 296.115 unidades no quarto semestre do último ano, 9% a menos do que nos mesmos meses de 2021. Esse desempenho foi impactado pela normalização da sazonalidade nas importações do Porto de Santos (nos dois anos anteriores, o peak season tinha sido registrado exatamente no quarto trimestre), pelo desaquecimento das importações de bens de consumo, especialmente os produzidos na Ásia e pela estiagem do Rio Amazonas, que levou ao cancelamento nos serviços de cabotagem no Tecon Santos (o que já foi regularizado).

### **SÃO JOÃO 1**

A companhia aérea Gol confirmou que terá voos adicionais para Campina Grande, na Paraíba, durante a realização das festas juninas na cidade - o município é conhecido por realizar a maior festa de São João do mundo. Essas novas viagens vão partir de Salvador, que receberá os passageiros vindos de

outros estados, e serão oferecidas só aos sábados, de 3 de junho a 29 de julho. A chegada no aeroporto paraibano ocorrerá às 16h25. Às 17h05, as aeronaves decolam retornando à capital baiana.

## SÃO JOÃO 2

A secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, Rosália Lucas, considerou que esses voos extras são uma conquista para o estado, especialmente para Campina Grande, ampliando o fluxo de visitantes no período junino. E informou que já está em negociações com outras companhias aéreas para a oferta de mais viagens em junho e julho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/03/2023

## NACIONAL - RENAN ESPERA QUE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA FIQUEM FORA DO TETO DE GASTOS

Ministro dos Transportes sinalizou esse desejo durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado

Por MARÍLIA SENA [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participou da audiência pública na Comissão de Infraestrutura no Senado para apresentar o plano de trabalho de sua pasta para os próximos dois anos. Ele sinalizou que gostaria que os investimentos em infraestrutura ficassem fora do teto de gastos.

“Não dá para investir sem sustentação, mas na discussão do novo marco fiscal vamos ter que discutir se o que estávamos fazendo estava errado ou não”, disse.



**Renan Filho afirmou que, apesar de ter aumentado seis vezes de 2022 para cá, o orçamento público para o setor ferroviário ainda é insuficiente** Crédito: Edilson Rodrigues/Agência Senado

**“SE VOLTARMOS A UMA CAPACIDADE PRÉ-PEC, NÃO TEREMOS CONDIÇÃO DE FREAR A PIORA DA NOSSA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. NÃO HÁ GESTÃO QUE TENHA A CAPACIDADE DE SUPLANTAR A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS”**

**RENAN FILHO**  
ministro dos Transportes

Segundo o ministro, o orçamento do Ministério da Infraestrutura deixado para este ano pelo governo anterior era de R\$ 5 bilhões, bem menos que os R\$ 45 bilhões no ano de 2012. Durante a reunião da Comissão de Infraestrutura, Renan Filho lembrou que o valor para 2023 foi revertido para R\$ 21 bilhões através da aprovação da PEC da Transição.

“Se voltarmos a uma capacidade pré-PEC, não teremos condição de frear a piora da nossa infraestrutura de transportes. Não há gestão que tenha a capacidade de suplantar a necessidade de investimentos”, apontou.

O ministro lembrou dos dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que mostram que 66% da malha federal e estadual estão em situação regular, ruim ou péssima. Renan Filho se comprometeu a zerar, em dois anos, os trechos em estado ruim ou péssimo, caso haja os recursos financeiros.

O chefe da Infraestrutura disse que a PEC da Transição que abriu espaço para novos recursos no governo “não pode ser um voo de galinha” e que os investimentos não podem sofrer “enforcamento” com o teto de gastos.

No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que não tem pressa para apresentar as novas regras fiscais. Após uma série de reuniões, realizadas na segunda-feira (20), entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, outros ministros e lideranças parlamentares, a apresentação do texto do arcabouço fiscal ficou para depois da viagem da comitiva do Governo Federal à China, entre os dias 26 e 31 deste mês.

O texto do arcabouço fiscal vai substituir o teto de gastos – medida que limita o crescimento das despesas do Governo Federal mediante a inflação.

### Ferrovias

O investimento em ferrovias também foi pauta da audiência. Renan Filho afirmou que, apesar de ter aumentado seis vezes de 2022 para cá, o orçamento público para o setor ferroviário ainda é insuficiente. As ferrovias hoje transportam cerca de 20% das cargas brasileiras. No Plano Nacional de Logística (PNL), a meta é chegar a 40% em 2035, tornando o meio mais equilibrado e sustentável.

“Infelizmente, no ano passado, o Brasil só investiu R\$ 100 milhões em obras próprias de ferrovias. Isso é muito pouco, significa 10 quilômetros. É muito aquém do desafio de um país continental como o Brasil. Este ano nosso orçamento é de R\$ 600 milhões. Obras ferroviárias têm a maior parte do seu investimento privado, mas é importante que o Brasil tenha condições de fazer parcerias público-privadas”, disse Renan Filho.

A audiência pública de ontem na Comissão de Infraestrutura foi realizada em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional. Os presidentes dos colegiados, senador Confúcio Moura (MDB-RO) e senador Marcelo Castro (MDB-PI), respectivamente, decidiram juntar as comissões porque as duas pautas previam o convite ao ministro Renan Filho.

Na próxima terça-feira (28), o convidado das comissões é o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 22/03/2023**

## NACIONAL - FRANÇA PROMETE SIMPLIFICAR ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS

Compromisso foi reforçado durante reunião com empresários da ABTP nessa terça-feira, em Brasília  
*Da Redação redacao@portalbenews.com.br*



**Integrantes da diretoria executiva e do conselho deliberativo da ABTP foram recebidos pelo ministro Márcio França (crédito: Divulgação/ABTP)**

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, reforçou seu compromisso em simplificar e agilizar o processo de arrendamentos portuários no Brasil, a fim de facilitar o investimento privado neste segmento. A tarefa foi destacada pela autoridade ao receber, na tarde ontem, na sede do Ministério,

diretores-executivos e integrantes do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

Segundo o presidente da ABTP, Jesualdo da Silva, França foi “claro” em sua promessa, que tem o objetivo de tornar o setor mais atrativo para os projetos da iniciativa privada. Tal simplificação será obtida repensando os próprios regulamentos e os documentos necessários para concessão desses ativos, afirmou.



Márcio França ainda comentou sobre o processo de escolha das novas diretorias das autoridades portuárias – especificamente aquelas controladas diretamente pelo Governo Federal, como a Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos), lembrou Jesualdo. De acordo com o executivo, o ministro explicou que o anúncio sobre esses dirigentes deve ocorrer “bem em breve”.

O titular de Portos e Aeroportos também enfatizou que “está aberto ao diálogo com os empresários. Ele fez questão de se apresentar como servidor público, que estava ali para prestar um serviço à sociedade e, para isso, precisava nos ouvir”, relatou o dirigente, que considerou a reunião “muito positiva”.

Procurada pela Reportagem, a assessoria do Ministério confirmou o posicionamento de França durante o encontro.

### Apresentação

Esta foi a primeira reunião oficial entre a ABTP e o ministro Márcio França. Segundo Jesualdo, o objetivo da audiência era apresentar formalmente a entidade, que estava representada por mais 30 pessoas, entre empresários e executivos da diretoria. Entre eles, estava o presidente do Conselho Deliberativo, Roberto Oliva, da Intermarítima Portos e Logística S.A..

Uma das principais associações do setor portuário, a ABTP conta com 77 associados, empresas que operam 230 terminais portuários, instalados em 22 estados. Essas unidades foram responsáveis, no ano passado, por 76% da movimentação portuária nacional, cargas cujo valor chegou a 19% do Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/03/2023

## NACIONAL - CONGRESSO GANHA FRENTE PARLAMENTAR EM PROL DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Evento de lançamento do colegiado foi realizado na noite de ontem, em Brasília

Por MARÍLIA SENA [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



Um dos presidentes da frente parlamentar, o senador Efraim Filho (União-PB) compareceu ao evento de lançamento do colegiado. Crédito: Reprodução/Instagram/Efraim Filho

**“ALÍQUOTA DA ORDEM DE 25% EM UM EVENTUAL IMPOSTO ÚNICO NÃO É SUSTENTÁVEL PARA O SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS”**

**JOÃO GALASSI**  
presidente da Unecs

Foi lançada ontem (21) a Frente Parlamentar Mista do Comércio e Serviços (FCS). O objetivo do grupo de deputados e senadores é atuar em prol do setor produtivo. A iniciativa foi tomada em conjunto com o Instituto União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs).

O evento realizado na noite de ontem, em Brasília, contou com a presença de congressistas que ressaltaram a importância da aprovação da Reforma Tributária para o setor.

O secretário especial da Reforma Tributária, Bernard Appy, compareceu à cerimônia e foi cobrado por alguns membros da frente.

“Alíquota da ordem de 25% em um eventual imposto único não é sustentável para o setor de comércio e serviços”, disse João Galassi, presidente da Unecs.

Os presidentes da frente parlamentar são o senador Efraim Filho (União-PB) e o deputado Domingos Sávio (PL-MG).

O colegiado ainda não divulgou o cronograma de atividades. A mesa diretora da frente pode ser decidida nos próximos dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/03/2023

## NACIONAL - EMPRESAS DE CABOTAGEM LIDERAM RANKING DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL

Em seguida, aparecem as autoridades portuárias, aponta levantamento da Antaq

Por VANESSA PIMENTEL [vanesa@portalbenews.com.br](mailto:vanesa@portalbenews.com.br)



**Segundo dados da UNCTAD, que analisou as oportunidades para as mulheres no setor portuário global, elas ocupam apenas 18% das vagas existentes** **Crédito: Divulgação/Portonave**

**QUANTO AOS CARGOS DE LIDERANÇA, O SETOR DE NAVEGAÇÃO LIDERA COM 23% DAS MULHERES EM POSIÇÕES DE GERÊNCIA. Á OS CARGOS DE DIREÇÃO TÊM MENOR OCUPAÇÃO POR MULHERES, COM 13%**

As empresas de cabotagem lideram o ranking de participação feminina no segmento aquaviário, com 34% dos cargos ocupados por

mulheres e mais de 30% delas em posições de liderança.

É o que mostra o levantamento de dados sobre equidade de gênero no setor feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), divulgado ontem (21).

Do total de companhias de cabotagem, 75% responderam à pesquisa. Os resultados indicaram que, para o total de cargos disponíveis, elas ocupam 34% deles; dirigentes, 32%; gerentes, 36,9%; e operacional, 33,2%.

As autoridades portuárias aparecem em seguida, com adesão de 51% delas ao questionário. Neste recorte, do total de vagas disponíveis, 22,3% são ocupadas por mulheres; 5,9% atuam como dirigentes; 34,9% são gerentes; e 20,9% realizam atividades operacionais.

“Cabotagem e autoridades portuárias foram a maior amostra censitária com bons resultados. Embora a cabotagem tenha tido uma representação expressiva, quando comparada com autoridade portuária, os dois segmentos tiveram participação acima da média, já que a média geral no setor portuário é de 17,3%”, explicou Flávia Takafashi, diretora da Antaq.

Quando se fala no total de vagas existentes em todo o setor aquaviário nacional, as mulheres ocupam apenas 17,5% delas. Quanto aos cargos de liderança, o setor de navegação lidera com 23% das mulheres em posições de gerência. Já os cargos de direção têm menor ocupação por mulheres, com 13% apenas.

As empresas entrevistadas empregam em sua maioria homens, entre 25 e 44 anos de idade. Ao todo, 302 empresas participaram do levantamento com respostas válidas, entre Terminais Autorizados; Terminais Arrendados; Autoridades Portuárias; Empresas brasileiras de navegação (EBN) e o Órgão de Gestão de Mão de Obra (Ogmo).

A pesquisa é a primeira das ações da Autarquia no Protocolo de Intenções, assinado em março de 2022, entre a Agência e a Women's International Shipping and Trading Association (WISTA-Brazil), que busca equidade de gênero no setor.

A coleta e publicação dos resultados têm como objetivo aprofundar o conhecimento do setor aquaviário em relação a seus trabalhadores e poderá ser usado como uma linha de base pelas empresas do setor para aprimoramento de políticas voltadas para a equidade de gênero.

A apresentação contou com a participação dos diretores da Antaq, entre eles o diretor-geral, Eduardo Nery, e a diretora Flávia Takafashi, responsável por apresentar os dados.

Também estiveram presentes a diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka, a diretora da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Amanda Seabra, e a diretora de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori.

### Tendência mundial

De acordo com dados da UNCTAD, que analisou as oportunidades para as mulheres no setor portuário global, elas ocupam apenas 18% das vagas existentes.

Para a agência, os números do Brasil, que seguem a tendência mundial, destacam a necessidade de políticas estratégicas para melhorar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A pesquisa ainda perguntou se as companhias adotam políticas de equidade em seus recrutamentos. A conclusão foi de que 90,8% das empresas adotam pelo menos uma política de equidade de gênero na escolha de seus empregados.

O levantamento também trouxe dados sobre equidade de gênero dentro da própria Antaq. Dos 389 servidores da autarquia, 24% são mulheres e somente 6,3% delas ocupam cargos de liderança.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/03/2023**

## REGIÃO SUL - COM PACOTE DE PROJETOS, IMBITUBA PLANEJA RECEBER MAIS NAVIOS AO MESMO TEMPO

Ideia é aumentar o número de berços para atracação simultânea de até seis embarcações

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Atualmente, o Porto de Imbituba conta com três cais e pode receber até quatro embarcações ao mesmo tempo**  
**Crédito: Divulgação/Icaro Braga/SCPAR Porto de Imbituba**

**O CAIS 3 RECEBERÁ DOIS DOLFINS PARA VIABILIZAR O RECEBIMENTO DE NAVIOS MAIORES, PASSANDO DO LIMITE ATUAL DE 205 METROS (LOA) PARA EMBARCAÇÕES COM ATÉ 300 METROS**

Para poder atender à crescente demanda de movimentação de cargas, a SCPAR Porto de Imbituba Autoridade Portuária anunciou um pacote de projetos que visam aumentar o número de berços para atracação simultânea de até seis navios no complexo portuário. Atualmente, o Porto de Imbituba conta com três cais e pode receber até quatro embarcações ao mesmo tempo. Com os projetos concluídos, a ampliação tornará o porto de Imbituba o maior de Santa Catarina em extensão

acostável, com aproximadamente 1,6 km de cais linear.

Os planos de expansão já devem começar a se tornar realidade nos próximos 30 dias, com a perspectiva da recuperação e ampliação do Cais 3. As intervenções no Berço 3 estão em fase final de projeto executivo, no que é considerado a maior e mais importante obra realizada pela SCPAR Porto de Imbituba, com um aporte de mais de R\$ 92 milhões custeados pela Autoridade Portuária.

O reforço estrutural do Cais 3 alargará o berço e permitirá maior automatização, permitindo a instalação de novos equipamentos de movimentação de cargas, como shiploader. O cais receberá, também, dois dolphins, um de atracação e um de amarração, para viabilizar o recebimento de navios maiores, passando do limite atual de 205 metros (LOA) para embarcações com até 300 metros. A previsão de entrega é para 2025.

Após a obra, o planejamento seguinte é realizar a dragagem de aprofundamento do local, equiparando a capacidade de calado máximo do Berço 3 a dos cais 1 e 2, que possuem profundidade de 15 metros.

“As melhorias em que estamos trabalhando são fundamentais para que Porto de Imbituba permaneça na trajetória ascendente de participação na logística portuária e incluem tratativas simultâneas no campo estrutural, de acesso, otimização de áreas, automatização de processos e de gestão comercial do Porto. Nosso objetivo é elevar a qualidade, pensando na maior eficiência operacional na movimentação de cargas, sustentabilidade no dia a dia com a cidade e manutenção de baixo tempo de espera para atracação”, declarou Luís Antônio Braga Martins, diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba.

Após ter finalizado o projeto básico, a SCPAR deve lançar ainda neste primeiro semestre a licitação para contratar a empresa responsável pela instalação de um dolphin na ponta do Cais 2, passando para 700m os cais 1 e 2, que hoje têm, juntos, 660m. A nova estrutura permitirá a atracação permanente de três navios, independentemente de suas características.

Segundo Luís Antonio, o processo de transformação da retaguarda do Cais 2, que hoje se encontra inoperante, está em fase de tratativa. O local irá virar mais um berço de atracação, com cerca de 250m, para operação exclusiva de navio graneleiro. A expectativa da Autoridade Portuária é atrair, pelo menos, R\$ 30 milhões em investimentos da iniciativa privada para qualificação do local.

### **Outros investimentos**

Além do foco para a área de acostagem, a SCPAR visa outras ações estratégicas para o porto, entre elas a recuperação e reforço do molhe de abrigo.

Diferentemente das demais obras, que envolvem recursos da Autoridade Portuária e atração de investimentos privados, a intervenção no molhe será pleiteada pela SCPAR, em conjunto com a Secretaria de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, para que a União, proprietária do porto organizado, forneça os recursos necessários.

Junto dos avanços estruturais, uma das linhas de frente está focada no implemento de melhorias de automação e modernização dos processos de tecnologia da informação. São elas:

- Reabrir processo de licitação do novo data center
- Capacitação da equipe em conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Avanço do projeto Gate sem Parar
- Adquirir duas balanças rodoviárias eletrônicas
- Liberação de um novo gate de acesso na Portaria 2

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/03/2023**

### REGIÃO SUDESTE - OPERAÇÃO DA RECEITA COMBATE FRAUDE FISCAL NA COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Objetivo foi desarticular organização suspeita de importar nafta e aromáticos de maneira ilegal, entre outros crimes

Por CÁSSIO LYRA [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



Participaram da operação representantes da Receita, procuradores do Gaeco e auditores-fiscais da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo  
Foto: Divulgação/Receita Federal

A Receita Federal realizou ontem (21) a Operação Cassiopeia, com objetivo de desarticular uma organização criminosa suspeita de interposição fraudulenta na importação de nafta e aromáticos, utilização de interpostas pessoas na composição do quadro societário de empresas, sonegação fiscal e crime de lavagem de capitais. A ação ocorreu em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) e com a

Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

De acordo com a linha de investigação, em 2020, um grupo empresarial do setor de combustível, localizado em São Paulo e até então com uma atuação modesta no mercado nacional, passou a figurar entre os maiores fornecedores de gasolina do Brasil. No entanto, com uma prática de preços não condizente com a realidade do mercado regular.

Segundo apurado, a formuladora e sua distribuidora, mediante manobras fiscais e contábeis, inflavam artificialmente o preço da gasolina comercializada entre ambas as empresas, fazendo com que esta operasse com margens altamente negativas, causando, deste modo, uma diminuição significativa no débito do ICMS-ST. Paralelamente, a formuladora escriturava créditos indevidos como forma de diminuir sua carga tributária de ICMS próprio.

O incremento expressivo na comercialização de gasolina coincidiu com a alteração no quadro societário das empresas do grupo e com a criação de um estabelecimento filial, localizado em Tocantins, que passou a importar nafta e aromáticos exclusivamente para as empresas investigadas. No entanto, a mercadoria não passava pelo Estado do Tocantins.

Os dirigentes das empresas envolvidas não dispunham de capacidade financeira compatível com os valores transacionados, demonstrando serem interpostas pessoas utilizadas para ocultar o real beneficiário do esquema, que possui antecedentes criminais por diversos ilícitos, inclusive relacionados ao comércio de combustíveis, sendo assim o principal investigado da operação.

As diligências realizadas também tiveram o objetivo de averiguar a identidade dos verdadeiros donos por trás das empresas formuladora e distribuidora.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em cinco endereços situados em municípios do estado de São Paulo, sendo quatro na Capital e um em Barueri, expedidos pela 2ª Vara Criminal do Foro de Guarulhos (SP).

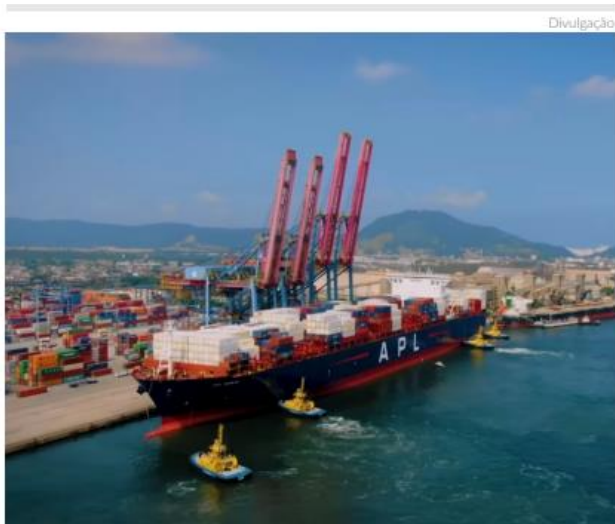
A Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo autuou a empresa formuladora em mais de R\$ 1 bilhão.

Participaram da operação oito auditores-fiscais e três analistas-tributários da Receita Federal, cinco procuradores do Gaeco e 18 auditores-fiscais da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 22/03/2023

### REGIÃO SUDESTE - PF CUMPRE MANDADOS EM AÇÃO CONTRA O TRÁFICO INTERNACIONAL NO PORTO DE SANTOS

Por Cássio Lyra [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



A Polícia Federal deflagrou ontem (21) a Operação Albacora, que tem como objetivo aprofundar investigações voltadas ao tráfico internacional de drogas pelo Porto de Santos, o maior da América Latina. De acordo com a corporação, foram cumpridos mandados de busca e apreensão de uma organização criminosa suspeita de ter inserido mais de 600 kg de cocaína em um carregamento que seria enviado para a Europa através dos cais santista.

Segundo a Polícia Federal, o crime que deu origem a linha de investigação ocorreu em agosto do ano passado. Na ocasião, 605 kg da droga foram interceptados em uma carga de café que seria exportada para o Porto de Hamburgo, na Alemanha.

A droga foi apreendida e levada para a delegacia da PF, em Santos, que deu início aos trabalhos de investigação a partir de informações colhidas pela Receita Federal.

Ao todo, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em São Vicente, na Baixada Santista, com a finalidade de aprofundamento de investigação sobre a prática do crime de tráfico internacional.

Segundo a Polícia Federal, as ordens foram expedidas pela Justiça Federal de Santos. O crime de tráfico internacional de entorpecentes está previsto na Lei 11.343 de 23/08/2006.

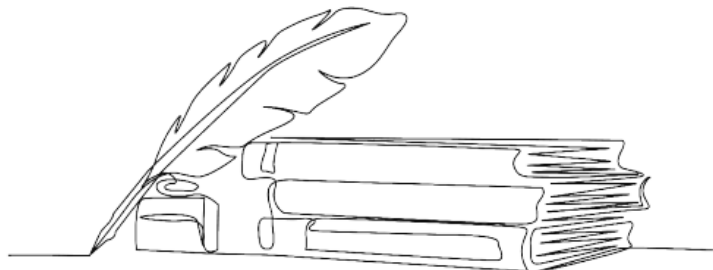
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 22/03/2023

### OPINIÃO – ARTIGOS - PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NA AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA: LIMITES AO PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO



#### FLÁVIA FARDIM

sócia do Escritório Fardim & Burian Advogadas Associadas e assessora jurídica da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) do Espírito Santo  
[opinioao@portalbenews.com.br](mailto:opinioao@portalbenews.com.br)



A Reforma Trabalhista inseriu importante dispositivo na CLT – o §3º do artigo 8º, que prevê a intervenção mínima do Judiciário na manifestação da vontade coletiva, mostrando o evidente objetivo do legislador de conferir maior autonomia aos atores sociais na negociação das condições de trabalho.



A inclusão desse dispositivo no diploma trabalhista gerou calorosos debates, notadamente a par da redação dos arts. 611-A e 611-B, os quais estabelecem, em tese, os limites da negociação coletiva de trabalho. Ademais, de certa forma, a união do princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva com a prevalência das condições negociadas em convenções coletivas de trabalho sobre a lei, recentemente fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no Tema de Repercussão Geral 1046, pode mitigar o Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

É exatamente neste ponto que reside o debate de pensadores do Direito do Trabalho, pois há quem defenda que esse Poder Normativo é uma forma de pacificação social e de manter o equilíbrio na negociação coletiva, enquanto, em contrapartida, há aqueles que afirmam que o Poder Normativo cria uma ingerência indevida da Justiça do Trabalho nas relações laborais, oriunda de um corporativismo estatal (SCHIAVI, Mauro. Aspectos Polêmicos do poder normativo da justiça do trabalho e do dissídio coletivo “de comum acordo”. *Lacier Artigos Periódicos*. v. 23, n. 04, 2017).

Sobre isso, faz-se necessário ressaltar que a Justiça do Trabalho permanece exercendo sua função judicante, tendo por norte o resguardo dos direitos dos trabalhadores. Tal se dá em função da aferição da conformidade dos termos negociados pelas partes com os ditames constitucionais e legais sobre o bem da vida em análise, naquela oportunidade.

É possível verificar que a própria redação do §3º do artigo 8º da CLT estabelece que “a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 do Código Civil”, ou seja, a ingerência admitida e esperada consiste na aferição específica dos seguintes itens: se o agente é capaz, se o objeto é lícito, possível, determinado ou determinável (limites fixados pelo STF no Tema 1046) e a observância da forma prescrita ou não defesa em lei.

Nesse sentido, a nova norma celetista, além de garantir liberdade às partes em negociar as condições que lhes dizem respeito, tem o condão de atribuir maior protagonismo aos sujeitos coletivos, com redução de tradições intervencionistas estatais, muitas vezes afastadas da realidade das categorias titulares dos direitos.

Abandona-se, pois, a relação entre norma coletiva e estatal de concorrência e subordinação e se passa para uma relação institucional e de complementariedade (NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Princípios e fundamentos do anteprojeto de modernização das leis trabalhistas. In: TEIXEIRA, João de Linha Filho (coord). *A Modernização da legislação trabalhistas*. São Paulo, LTr, 1994).

Nota-se, no tocante ao setor portuário, que a intervenção judicial em normas coletivas negociadas e devidamente aprovadas nas assembleias correspondentes enfraquece o poder natural conferido ao binômio capital x trabalho, pelo art. 43 da Lei 12.815/2013, diante, por exemplo, da singularidade das condições do trabalho portuário avulso.

É de se ver que a Reforma Trabalhista impôs limites ao Poder Normativo da Justiça do Trabalho. O prestígio à autonomia da vontade coletiva foi corroborado, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento que fixou ser válida a norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

Destarte, a própria palavra “exclusivamente” na redação do §3º, art. 8º da CLT, reitera a limitação da intervenção da Justiça do Trabalho nas negociações coletivas. É preciso ter ciência de que o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva surge em consonância com a evolução do modelo de Estado que compartilha as responsabilidades com a sociedade, neste caso, com os entes coletivos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 22/03/2023**



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### LULA QUER FIM DA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS

Presidente reconhece 'briga jurídica' em contratos já assinados pela petroleira, mas sugere 'negociações políticas' para anulá-los

*Por epbr 22 de março de 2023 Em Comece seu Dia, Meio ambiente, Política energética, Transição energética*



**Lula quer fim da venda de ativos da Petrobras. Na imagem: Presidente Lula (PT) durante reunião do Conselho de Política Energética, em abril de 2023 (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)**

Em relação à Eletrobras, Lula já havia dito que acionaria a AGU para questionar as limitações impostas ao governo pela lei de privatização da ex-estatal elétrica (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Você vai ver aqui: presidente ainda vai à Justiça para que governo tenha mais poder de decisão na Eletrobras; conselho da Petrobras deve aprovar nova diretoria da empresa; Ibama quer mais estudos para liberar perfuração de poços

na Foz do Amazonas. E mais:

O presidente Lula exigiu publicamente que a Petrobras interrompa a venda de todos os ativos. Questionado sobre o anúncio da companhia, de continuidade das negociações nos casos em que há contratos assinados, reconheceu que há uma “briga jurídica”.

— “A gente já avisou para o presidente da Petrobras, o companheiro Jean Paul [Prates], que é preciso suspender todas as vendas de ativos. Não tem condições de continuar vendendo”, disse Lula, em entrevista ao Brasil 247, nessa terça (21/3).

Semana passada, a Petrobras comunicou que mantém venda de ativos com contratos assinados. São negócios fechados com Grepar Participações (venda da Lubnor), 3R Petroleum, Seacrest e BW Energy.

— Em resposta, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) convocou uma paralisação para sexta (24/3). E promete que a categoria vai entrar em estado de greve até isso mudar.

— “Tem uma briga jurídica que a gente quer resolver e vamos resolver na política e não [na área] jurídica”, disse Lula.

Sobre a Eletrobras, Lula criticou (de novo) o fato de o governo ter mais de 40% do capital da empresa, mas ter o mesmo peso dos outros acionistas — regra incluída na lei que autorizou a privatização da estatal elétrica.

— O presidente já havia dito, em fevereiro, que iria acionar a Advocacia-Geral da União (AGU) para questionar as limitações impostas ao governo pela lei de privatização da Eletrobras.





— Técnicos da AGU e da Casa Civil preparam uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), a ser apresentada no Supremo Tribunal Federal (STF), para modificar a regra do estatuto da Eletrobras, segundo Malu Gaspar, em O Globo.

— A MP da Eletrobras foi questionada judicialmente em 2021, mas o julgamento no STF não avançou. A liquidação do controle da União foi amarrada a contratação compulsória de térmicas, PCHs e outras medidas que chegaram a entrar na mira da transição de governo.

Conselho deve aprovar nova diretoria da Petrobras O conselho de administração da petroleira se reúne nesta quarta-feira (22/3) e deve aprovar todos os indicados pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para a diretoria executiva da estatal [Folha]. Os nomes foram aprovados pelos comitês internos de conformidade da companhia.

— Os indicados são Joelson Falcão (E&P); Carlos Travassos (Desenvolvimento da Produção); Claudio Schlosser (Comercialização e Logística); William França (Refino e Gás); Carlos Barreto (Transformação Digital e Inovação); Sergio Caetano Leite (Financeira); e Clarice Coppetti (Relacionamento Institucional e Sustentabilidade). Os cinco primeiros são funcionários de carreira da estatal, e os demais foram buscados no mercado.

Ibama quer exigir novo estudo antes de licenciar poços na Foz do Amazonas O presidente do órgão ambiental, Rodrigo Agostinho, disse que o Ibama pode exigir uma avaliação ambiental estratégica para subsidiar o licenciamento na Foz do Amazonas, bacia onde a Petrobras tenta iniciar sua próxima campanha de perfuração de poços.

Brasil tem novo recorde de produção de petróleo e gás natural A produção subiu 0,19% em fevereiro ante o mês anterior e registrou novo recorde mensal, de 4,183 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), com impulso do gás natural, apontaram dados publicados pela ANP. Na comparação anual, o avanço foi de 11,4%. Reuters

Fusões e aquisições em energia podem chegar a R\$ 30 bi No pacote dos bancos de investimentos, há pelo menos sete grandes negócios que podem trocar de mãos ou receber aporte de novos investidores. Entre eles está a venda da distribuidora de energia elétrica Coelce, do Ceará, pela italiana Enel. Valor

São Paulo cria colegiado para reindustrialização O decreto 67.581 instituiu o Conselho Estadual de Promoção da Reindustrialização do estado. Formado por representantes do Executivo paulista e da Federação das Indústrias (Fiesp), o conselho pretende propor diretrizes para o desenvolvimento econômico e industrial competitivo, entre outras ações.

— A reindustrialização também é o mote do programa Gás para Empregar, anunciado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na semana passada. O projeto pretende aumentar a oferta de gás natural para a indústria.

Rússia vai continuar cortando produção de petróleo até junho O vice-primeiro-ministro russo, Alexander Novak, disse na terça-feira (21/3) que o país vai manter a redução da produção de petróleo de 500 mil barris por dia até o final deste semestre. O corte se soma a um acordo da Opep+ para reduzir a oferta. Reuters

G7 não deve alterar preço do petróleo russo Países da União Europeia foram informados de que há pouco interesse do G7 — que reúne os sete países mais ricos do mundo e está encarregado de definir e alterar o teto do óleo russo, hoje em US\$ 60 o barril — em modificar os níveis de preços no momento. Bloomberg

O Brent operava em baixa de 0,88%, a US\$ 74,66 o barril, na manhã desta quarta-feira (22/3). Ontem, fechou a sessão em alta de 2,1%, a US\$ 75,32 o barril, com o resgate do Credit Suisse dissipando as preocupações de uma crise bancária que prejudicaria o crescimento econômico e reduziria a demanda por combustível. Reuters

Para a Shell, mundo vai ultrapassar os 1,5o C de aquecimento estabelecidos pelo Acordo de Paris A petroleira publicou dois novos cenários questionando o quão rápido a indústria de energia conseguirá se descarbonizar.

– Mesmo assumindo que os fósseis perderão uma fatia de mercado para a eletrificação com renováveis e nuclear, as análises trazem duas conclusões desconcertantes: “Não há um caminho realista para uma queda instantânea e acentuada nas emissões” e “é altamente provável que o aumento médio da temperatura ultrapasse 1,5°C”.

Capacidade global de geração renovável cresceu 9,6% em 2022 Foram adicionados 295 GW de capacidade renovável no ano passado, de acordo com a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), divulgadas nesta terça (21/3). Isso representa 83% de toda nova energia inaugurada em 2022. A capacidade global renovável atingiu 3,3 terawatts (TW).



• **Presidente Lula no lançamento do Complexo Renovável Neoenergia. ASSISTA NA ÍNTEGRA!**  
[https://youtu.be/ZTBtUaZy\\_CY](https://youtu.be/ZTBtUaZy_CY)

Neoenergia dá a partida em parque eólico-solar A empresa inaugura, nesta quarta-feira (22/3), o Parque Chafariz, na Paraíba. É o primeiro projeto associado (eólico e solar) a operar no Brasil. Os 136 aerogeradores do complexo somam capacidade de 471,2 MW, enquanto os 228 mil painéis solares têm potência instalada total de 149,2 MWp.

Metrópoles

Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 22/03/2023



## JORNAL O GLOBO – RJ

### INVESTIMENTO DE MAIS DE R\$ 80 MILHÕES EM TECNOLOGIA GARANTE SEGUNDO VERÃO NO RIO SEM GEOSMINA

Cedae, responsável pelo tratamento da água distribuída pelas concessionárias, realiza trabalho multidisciplinar e com uso de equipamentos do exterior para combater a proliferação de algas  
**POR CEDAE**



**Desde 2021, a ETA Guandu passa por uma série de obras, incluindo a modernização dos filtros e decantadores e reformulação do Centro de Controle Operacional (CCO). Investimento total é de R\$ 800 milhões Foto: Divulgação/Cedae**

Desde 2021, a ETA Guandu passa por uma série de obras, incluindo a modernização dos filtros e decantadores e reformulação do Centro de Controle Operacional (CCO). Investimento total é de R\$ 800 milhões Foto: Divulgação/Cedae

O verão que terminou esta semana não teve sabor amargo para a população fluminense, como os de 2020 e 2021. Pelo menos não no gosto da água. A tal da geosmina, substância produzida por cianobactérias, que alterou paladar e odor da água das torneiras do Rio, agora, parece apenas ter cara de postagem de #tbt. Tudo graças ao investimento em tecnologia.

Responsável pelo tratamento da água que é distribuída pelas concessionárias na Região Metropolitana do Rio, a Cedae investiu a lógica de atacar a consequência, que era o gosto ruim provocado pela geosmina, e passou a combater a causa, a proliferação das algas. Com um aporte de mais de R\$ 80 milhões, garantiu o segundo verão seguido livre da geosmina.

– Nesta nova fase da Cedae, é nossa obrigação produzir água de qualidade para a população fluminense. O segundo verão sem geosmina é a consolidação de um trabalho muito bem planejado e executado por técnicos da companhia. Vamos seguir investindo, principalmente em tecnologia, para aprimorar o nosso serviço. É uma missão contínua – destaca Aguinaldo Ballon, presidente da Cedae.

A primeira ação, ainda em 2021, foi a instalação de bombas que transportam três mil litros por segundo (l/s) de água do rio até a Lagoa Grande, último ponto antes da captação de água na Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu. O bombeamento acelerou a vazão e reduziu a temperatura média da água da lagoa em cerca de 5°C.

- A geosmina acelera sua proliferação em águas mais quentes. Reduzir a temperatura da lagoa nos nossos verões quentíssimos foi muito importante – conta Daniel Okumura, diretor de Saneamento e Grande Operação da companhia.



***Boias de ultrassom vindas da Holanda foram instaladas nas lagoas de captação do Sistema Guandu para manter as algas abaixo da superfície, impedindo sua proliferação Foto: Divulgação/Cedae***

Outra medida que reforçou o pacote veio diretamente da Holanda durante o verão de 2022: oito boias de ultrassom instaladas nas lagoas de captação do Sistema Guandu. Com o investimento de R\$ 4,3 milhões, os equipamentos emitem ondas de ultrassom de baixa potência que mantêm as algas abaixo da

superfície, longe da luz solar, o que impede sua proliferação.

- Por meio de uma plataforma on-line, conseguimos visualizar dados indicadores das condições da água com base em parâmetros predefinidos, como níveis de pH, clorofila, turbidez, entre outros. Com isso, nossos operadores podem acompanhar todas as informações coletadas, além de receberem alertas em casos de possíveis alterações em algum dos padrões. Os recursos remotos ainda possibilitam a modificação das frequências de ultrassom de acordo com as características da água – explica Okumura.

O trabalho para garantir a segurança hídrica é multidisciplinar. Em parceria com a Secretaria estadual do Ambiente e Sustentabilidade (Seas) e com o Comitê Guandu-RJ, a companhia atua na construção de duas unidades de tratamento de rios (UTRs), uma no Rio Queimados, que já opera desde outubro do ano passado, e outra no Rio Ipiranga. As UTRs lançam microbolhas na água, que formam um “colchão” que traz os poluentes para a superfície na forma de espuma, permitindo sua retirada. O processo remove da água quase 100% do fósforo, principal nutriente das algas.

Além do reforço na qualidade da água, as novas soluções também trouxeram uma economia significativa para a Cedae. Mais de R\$ 165 milhões em gastos com produtos químicos foram poupados no último ano. A maior parte - cerca de 90% - veio da eliminação do uso do carvão ativado, substância utilizada para controlar o gosto e odor da água.



- O investimento em tecnologia nos fez economizar bastante no gasto com soluções que eram apenas paliativas – reforça Ballon.

### **Pioneirismo na análise da água**

Com investimento de R\$ 3,5 milhões e equipado com instrumentos de medição e análise de última geração, o Libra - Laboratório de Análise e Pesquisa da Água, localizado na ETA Guandu, será inaugurado no Dia Mundial da Água (22 de março). A unidade vai auxiliar no monitoramento da água em mais de 35 pontos ao longo do Sistema Guandu, desde o leito do Rio Guandu até a saída de água tratada da estação para distribuição.

O laboratório conta com cromatógrafo líquido e cromatógrafo gasoso (que medem substâncias como geosmina, cianotoxinas e poluentes) de última geração, que permitirão a realização de análises em até meia hora. Com isso, técnicos terão informações quase em tempo real sobre qualquer variação na qualidade da água no rio e poderão tomar as medidas necessárias, em tempo hábil, para garantir a qualidade da água produzida.

E é no Libra que acontece um dos trabalhos essenciais para as etapas de controle de qualidade, o dos “sommeliers de água”. São 21 profissionais que se alternam todos os dias para degustar a água tratada em painéis sensoriais, sendo capazes de identificar diferentes padrões de gosto e odor.

O laboratório já nasce com a Acreditação ISO 17025 do Inmetro, reconhecida internacionalmente, tornando-se o primeiro da Cedae - e o primeiro em uma ETA no Rio de Janeiro - a obter essa certificação.

- A missão do controle de qualidade da ETA Guandu é garantir a segurança hídrica, e a acreditação é parte desse processo, de informar à sociedade que o laboratório funciona dentro do melhor padrão internacional de qualidade, com avaliações periódicas do Inmetro. Costumávamos realizar 30 mil análises por mês, em média. Agora, com o Libra, estimamos que vamos saltar para em torno de 40 mil análises por mês - projeta Robson Campos, coordenador do Laboratório de Controle de Qualidade.

### **Preservação dos mananciais é foco**

O compromisso com a segurança hídrica começa antes mesmo de a água chegar às estações de tratamento operadas pela Cedae. Por meio do Replantando Vida, programa que une a preservação ambiental e a ressocialização de apenados do sistema prisional estadual, a companhia atua na proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes. Ao longo de 21 anos de atividade, mais de cinco milhões de mudas foram produzidas.

No Rio Guandu, responsável pelo abastecimento de mais de 80% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Cedae realiza o projeto de plantio de um milhão de árvores em até cinco anos numa faixa de 500 hectares, o que corresponde a mais de 700 gramados do Maracanã.

Já nas margens do Rio Macacu, em Cachoeiras de Macacu, a iniciativa irá reforçar a infraestrutura verde da bacia hidrográfica, contribuindo para a segurança hídrica a médio e longo prazos do Sistema Imunana-Laranjal, que atende mais de dois milhões de pessoas dos municípios de São Gonçalo, Niterói, partes de Maricá e Itaboraí, além da Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro.

Para 2023, a Cedae une esforços para chegar à marca de 500 mil mudas plantadas às margens dos rios Guandu, Macacu e Paraíba do Sul.

### **Próximos passos**



**Obras do Novo Guandu, em Nova Iguaçu. Novo sistema produzirá 12 mil litros por segundo, operando em conjunto com o Sistema Guandu Foto: Divulgação/Cedae**

Com investimentos de R\$ 800 milhões, a ETA Guandu passa por uma série de obras, desde 2021, com previsão de conclusão no ano que vem. As intervenções vão desde novos equipamentos à reforma das instalações, incluindo a modernização dos filtros e decantadores, substituição de válvulas e reformulação do Centro de Controle Operacional

(CCO) e do sistema de monitoramento.

A companhia também está investindo R\$ 2 bilhões para a construção do Novo Guandu, em Nova Iguaçu. O novo sistema produzirá 12 mil litros por segundo, operando em conjunto com o Sistema Guandu, totalizando uma oferta de 55 mil litros por segundo para a Região Metropolitana. As obras já estão em andamento e devem ser concluídas até 2026.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/03/2023*

## GOVERNO ESTIMA DÉFICIT DE R\$ 107 BI NAS CONTAS PÚBLICAS NESTE ANO

Valor é significativamente menor que o previsto no Orçamento, que chega a R\$ 231 bi

*Por Manoel Ventura — Brasília*



**A ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad – Foto : Ton Molina/Agência O Globo**

O governo Luiz Inácio Lula da Silva estima que fechará este ano com um déficit de R\$ 107,6 bilhões, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Isso equivale a 1% do PIB.

O resultado, se confirmado, demonstra uma melhora significativa com relação aos valores previstos no Orçamento deste ano, que autoriza um déficit de até R\$ 231 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem prometendo entregar um resultado primário neste ano superior à meta prevista no Orçamento.

O resultado primário é a diferença entre as despesas e a receita do governo federal, sem contar os gastos com juros.

O governo federal teve sucessivos déficits nas contas entre 2014 e 2021. Em 2022, foi registrado o primeiro superávit de cerca de R\$ 58 bilhões, causado em grande parte por um forte aumento da arrecadação e também de receitas de dividendos de estatais.

Para este ano, além da economia apresentar uma recuperação mais fraca, os gastos do governo subiram R\$ 169 bilhões por conta da chamada “PEC da Transição”, que liberou despesas no primeiro ano da gestão Lula.

Os dados divulgados nesta quarta-feira fazem parte do primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do governo Lula. Esse relatório é atualizado a cada dois meses e também pode indicar a necessidade de contingenciamento, ou seja, de bloqueio de gastos. Dessa vez, porém, não houve indicação de que será necessário fazer contingenciamento.

O relatório também indica um espaço de R\$ 13,6 bilhões no teto de gastos, ou seja, uma margem para aumentar as despesas nessa dimensão sem necessidade de cortes.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 22/03/2023

## É PRECISO MUDAR O PARADIGMA DOS INCENTIVOS FISCAIS E DA FILANTROPIA

Há necessidade do governo brasileiro desburocratizar e incentivar a cultura de doação e solidariedade  
Por *Patrícia Villela Marino e Priscila Pasqualin, Especial Para O Prática ESG — São Paulo*



***Patrícia Villela: uma das forças importantes da democracia é a presença de uma sociedade civil organizada – Foto : Divulgação***

O presidente da República tem falado que é preciso colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Busca convencer que esse é o caminho adequado, como se fosse a melhor maneira de se alcançar justiça social, equidade, maior distribuição de renda, com uma correlação simplificada entre o IR dos “ricos” e dos “pobres”.

O aumento da faixa de isenção do IRPF e a tributação de dividendos pagos pelas empresas, é a forma que tem sido anunciada. Fala-se do aumento dos gastos públicos com políticas sociais. Essa pode até ser uma forma, mas certamente não é a única.

Será que não é chegado o momento de estimular que os “pobres” entrem no orçamento dos “ricos”, mudando a lógica dos incentivos fiscais que temos hoje, para que sejam mais eficientes em muitas dimensões e não apenas na financeira?

A filantropia é uma forma de exercitar a cidadania e de assumir um dever cívico-social, com responsabilidade e engajamento.

Uma das forças importantes da democracia é a presença de uma sociedade civil organizada. E isso nós temos. Vimos o quanto ela foi fundamental nos últimos anos, especialmente para diminuir os danos causados à saúde, à educação, ao meio ambiente, à cultura e aos direitos humanos.

Durante a pandemia, houve um aumento recorde no volume de doações – foram mais de 7 bilhões de reais doados. Isso reflete uma sociedade rica em valores, laços e tecido social. Portanto, mais forte, mais autônoma e, como consequência, mais sustentável. Passada a pandemia, o volume de doações caiu.

Como o governo brasileiro pode incentivar a continuidade dessa cultura de doação e solidariedade para além desses momentos de crise?

Em países mais desenvolvidos, essa manifestação de solidariedade é vista com maior frequência. Não é à toa que o número de doações aumentou 10% em economias de alta renda, após a pandemia. O Brasil também melhorou, tendo passado à 18ª posição no ranking mundial de doações, mas podemos ir além.

É sabido que em outros países há incentivos fiscais à doação mais simplificados e maiores do que os nossos. Como, por exemplo, uma política de incentivo à distribuição de riqueza através da destinação de recursos para endowments ou fundos patrimoniais filantrópicos, fundações e associações que tenham interesse coletivo ou público e não apenas através da tributação elevada.

A experiência internacional mostra que a existência de um sistema de criação de Fundos Patrimoniais aliado à concessão de incentivos fiscais aos doadores cria um ambiente fértil para o desenvolvimento patrimonial dos Fundos. Além disso, estimula a cultura de doação dentro de um país como mecanismo de fortalecimento da sociedade civil e do desenvolvimento social.

Mas, como confiar que os recursos serão bem utilizados pelas organizações que a recebem?

Por conta dessa cultura de desconfiança, no Brasil, os incentivos fiscais de imposto de renda são burocratizados e representam uma destinação do imposto devido a projetos previamente aprovados por órgãos públicos.



***Priscila Pasqualin: como confiar que os recursos serão bem utilizados pelas organizações que a recebem? — Foto: Divulgação***

O órgão público tem, então, a responsabilidade de indicar que tipo de projeto pode receber o recurso, de selecionar as organizações e de cobrar uma prestação de contas. Afinal, não se trata aqui de efetiva doação das pessoas, e sim, de destinação de recurso público - o imposto que deveria ser pago.

Como resultado, apenas 1% das pessoas físicas que podem se utilizar desses benefícios efetivamente usam. No ano de 2015, por exemplo, os valores efetivamente doados com incentivos fiscais somaram R\$ 78,5 milhões, o que corresponde a 0,45% do valor total que poderia, em tese, ter sido doado, caso todos os declarantes usassem a integralidade dos incentivos fiscais disponíveis.

Sabemos que quanto maior a burocracia, maiores as chances de corrupção.

Nos países em que há um maior volume de doações, o incentivo fiscal é mais simplificado e não representa uma destinação do imposto a pagar, como aqui. A doação pode ser abatida da base de cálculo do imposto a pagar. Na prática, uma parte do recurso sai do bolso do doador e outra parte sai do bolso do governo, através da renúncia fiscal.

Com isso, o doador tem maior participação na escolha da instituição donatária, o que pode levar a um aumento do engajamento e sentido de responsabilidade pela ajuda ao próximo. Nos Estados Unidos, a dedução pode reduzir de 20% a 50% da renda tributável, a depender do tipo de instituição beneficiária.

Se seguirmos o exemplo, poderíamos criar um incentivo fiscal que permita a dedução da base de cálculo do IR das doações feitas a organizações da sociedade civil. O maior o incentivo seria quando as doações forem feitas a endowments ou fundos patrimoniais filantrópicos, com o objetivo de atrair recursos privados para servirem de fonte perpétua de receita para as causas da educação, saúde, cultura, direitos humanos e meio ambiente.

E como fica a fiscalização do uso dos recursos? É aqui que podemos mudar o paradigma. Caberá às pessoas bem selecionar as instituições para onde vão destinar seus recursos, assim como acompanhá-las e com elas se engajar.

A Lei 9.790/99, que nasceu do fortalecimento e profissionalização da sociedade civil, liderado por Ruth Cardoso, já previa a obrigação de ampla transparência das demonstrações financeiras e atividades das organizações e a possibilidade de todo e qualquer cidadão pedir informações e verificar se há o correto cumprimento de suas finalidades. A Lei dos Fundos Patrimoniais, nº 13.800, também prevê o dever de ampla transparência.

Pesquisa recente, sobre o resultado de doações feitas de forma mais livre à organizações da sociedade civil, evidencia que elas aumentaram sua capacidade interna de gestão, fortaleceram sua liderança e ampliaram o rigor estratégico em sua atuação.

Um incentivo fiscal desburocratizado, que estimule o cidadão para que exerça uma filantropia engajada e responsável, pode criar um círculo virtuoso de aumento da solidariedade, da distribuição de riqueza e da corresponsabilidade entre Estado e cidadãos, pelo bem-estar de todos, sem fazer das políticas socioambientais uma exclusividade do Governo.

Com isso, quem sabe conseguimos colocar os “pobres” no orçamento dos “ricos”, em um verdadeiro exercício de engajamento cívico e socioambiental, gerando uma sociedade mais rica em suas relações e bases sociais.

Este artigo reflete a opinião dos autores, e não do jornal O Globo. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Sobre as autoras: Patrícia Villela Marino é presidente do Instituto Humanitas 360; Priscila Pasqualin é sócia do PLKC advogados.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/03/2023*

## TARCÍSIO PREPARA PACOTE CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES EM SP, MAS SABESP FICA PARA 2024

Governo quer antecipar universalização do saneamento e reduzir tarifa. Vice-governador, Felício Ramuth, diz que empresa de energia Emae deve passar à iniciativa privada neste ano

*Por Bianca Gomes — São Paulo*



**Obras de ampliação da produção e preservação de água de estação de tratamento da Sabesp, em São Paulo – Foto : Diogo Moreira/A2 FOTOGRAFIA**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), planeja tirar do papel 15 concessões e duas privatizações durante sua gestão. A mais esperada delas, a privatização da Sabesp, não ficará pronta neste ano. A expectativa é concluir os estudos sobre a viabilidade da proposta apenas em 2024.

No ano que vem é que o estudo da Sabesp vai ficar pronto. Depois disso, vem a etapa de discussão dos contratos municipais — disse o vice-governador, Felício Ramuth, ao GLOBO.

Ele acrescentou:

— Para que ocorra a privatização da Sabesp, é preciso que o estudo aponte para a diminuição das tarifas e a antecipação da universalização do saneamento no estado.

A privatização da Sabesp promete ser o maior desafio da gestão Tarcísio na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), onde o governador se esforça para construir uma base sólida. Deputados do PT, partido que soma a segunda maior bancada da Casa e ocupa a vice-presidência da Mesa, prometem fazer oposição feroz à medida e já têm usado o plenário para discursar contra a possibilidade.

**Universalização de saneamento em 2028**



Como mostrou o GLOBO, a entrega da Sabesp à iniciativa privada ainda sofre resistência do prefeito paulistano Ricardo Nunes. A cidade é a detentora do maior contrato da empresa.

Segundo Ramuth, a Sabesp presta "bom serviço em muitas cidades", mas deixou regiões do estado sem avançar na universalização do saneamento. A proposta do governo é antecipar a universalização para 2028 — hoje, ela está prevista para 2032.

— Para isso, vamos precisar de mais recursos, que podem vir com a privatização, desde que se garanta a redução da tarifa — afirmou o vice-governador.

### Processos mais avançados

Os estudos sobre a venda da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) devem ficar prontos neste ano. Os resultados preliminares já dão como certa a privatização.

— O caminho da Emae é, de fato, a privatização. Não entendemos que é estratégico o governo ter uma geradora de energia. Além da geração de energia, temos um grande volume de ativos, terrenos, áreas que pertencem à própria Emae. Isso tudo deve ser incluído no leilão — explica o Ramuth.

Em meio a queixas de centralização: Secretários duelam por posto de braço-direito de Tarcísio O governo ainda vai bater o martelo sobre o que será incluído na privatização. É possível, por exemplo, que operações de desassoreamento e limpeza fiquem de fora do pacote, diz o vice-governador.

Devem ficar prontas neste ano a Parceria Público-Privada (PPP) para manutenção e reforma de 500 das 5 mil escolas do estado e a concessão do trem que vai ligar São Paulo a Campinas. A expectativa, diz Ramuth, é publicar o edital do trem em julho para, em dezembro, ter um consórcio vencedor. De acordo com ele, a obra é de médio e longo prazo e envolve investimento de R\$ 8 bilhões.

### PPP da educação e trem intercidades

A privatização do Porto de Santos, alvo de intensas negociações entre o governo federal e o governo de São Paulo, está cada vez mais distante da realidade, embora Tarcísio continue fazendo diversas reuniões com integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), incluindo o ministro Portos e Aeroportos do Brasil, Márcio França.

— A perspectiva hoje é que, infelizmente, a população da baixada tenha mais do mesmo do governo federal — afirma Ramuth. — O governador é resiliente, vai continuar dialogando. Mas obviamente, a decisão está nas mãos do governo federal, que às vezes coloca a questão ideológica acima do benefício da população.

Um dos planos B estudados pelo governo de São Paulo é a chamada travessia seca, que seria a construção de um túnel ligando Santos ao Guarujá. A ideia já foi levantada por Tarcísio na época em que ele estava à frente do ministério da Infraestrutura, mas nunca prosperou.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 22/03/2023*

## TEBET ACREDITA QUE ARCABOUÇO FISCAL VAI 'PERMITIR' QUEDA NOS JUROS EM 45 DIAS

Lula diz que regra fiscal será apresentada em abril, após viagem à China  
*Por Renan Monteiro — Brasília*

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, declarou nesta quarta-feira que o regramento para as contas públicas elaborado pela equipe econômica do governo Lula - o chamado arcabouço fiscal - levará à redução na taxa básica de juros em 45 dias. Ou seja, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) entre 2 e 3 de maio.



### **Tebet: Arcabouço fiscal vai 'permitir' queda nos juros em 45 dias —Foto: NELSON ALMEIDA / AFP**

— Só apresentar [a proposta], e se for um bom arcabouço, já vai permitir que na próxima reunião do Copom, daqui a 45 dias, esses juros possam começar a cair. E isso significa que tudo vai ficar mais barato na vida das pessoas. Ou seja, o preço dos produtos, do supermercado, tende a cair, e aqueles que precisam de empréstimo, setor produtivo, agronegócio, comércio, vão pegar [o crédito] a juros mais baratos, investir mais, a economia vai crescer, gerar mais empregos — afirmou a

ministra, em entrevista à Rádio Tribuna Livre, do Mato Grosso do Sul.

Pela manhã, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o presidente do Banco Central está fazendo desserviço com a nação. O Copom se reúne a cada 45 dias para analisar o cenário econômico e definir a taxa que valerá até a próxima reunião. O Banco Central anuncia na noite desta quarta-feira se altera ou não a taxa básica de juros (Selic) do país, em meio às críticas do presidente Lula e aliados ao patamar atual de 13,75% ao ano. É a segunda definição sobre juros - com o BC autônomo - no governo Lula.

Para Tebet, a taxa de juros “precisa cair”, porém, o Brasil deve fazer “o dever de casa” em relação às contas públicas. Isto é, não gastar mais do que arrecada. A nova âncora fiscal elaborada pelo Ministério da Fazenda tem como finalidade traçar a perspectiva de controle efetivo nas contas públicas e abrir caminho para redução dos juros.

— Ninguém pode gastar mais do que recebe (...) Por equívocos do passado, hoje o Brasil gasta muito e gasta mal. Gasta mais do que arrecada, e diante disso fica rolando a sua dívida. Quando você gasta mais do que pode, você entra em uma insegurança, e todo mundo que vai emprestar para você, quer emprestar por juros muito altos. O Brasil cai na mão de bancos que cobram taxas de juros muito altas pela insegurança — disse Tebet.

#### **Adiamento**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou nesta última terça-feira que o anúncio do novo arcabouço fiscal vai ficar para depois da volta da viagem à China, com agenda entre 26 e 31 de março. Inicialmente, a Fazenda esperava divulgar a proposta antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que ocorre nesta quarta-feira.

Lula argumenta que “seria estranho” anunciar e sair do país na sequência, “sem conversar” com o sistema financeiro e o Congresso. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estará na comitiva presidencial com destino ao país asiático.

A expectativa é que a nova âncora fiscal seja levada ao Legislativo junto com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, a regra que dá as bases do Orçamento do próximo ano. Na prática, a previsão orçamentária para o próximo ano poderá ser feita com base na nova regra para as contas do governo. O prazo legal para o envio da LDO é 15 de abril.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/03/2023

### **UNIÃO QUER AUMENTAR GARANTIAS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA DESTRAVAR OBRAS EM ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Governo federal pretende oferecer cobertura caso as contrapartidas de prefeitos e governadores previstas nos contratos não sejam cumpridas

Por Manoel Ventura — Brasília



### ***VLT no Centro do Rio, BRTs e metrô são obras nas quais governo quer usar PPPs — Foto: Custódio Coimbra***

O governo Luiz Inácio Lula da Silva estuda um conjunto de mudanças legais para incentivar as parcerias público-privadas (PPPs) nos estados e municípios — uma bandeira do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abraçada também por outros integrantes do governo. Uma das alternativas em análise pela equipe econômica é usar um fundo para cobrir eventuais calotes de governadores e prefeitos, ponto recorrentemente

criticado pelo setor privado.

Um dos principais focos do programa será o investimento em mobilidade urbana, como metrô, veículos leves sobre trilhos (VLTs) e BRTs, o sistema de corredor para ônibus. Também podem ser incluídas obras em rodovias e projetos de resíduos sólidos e iluminação pública.

A intenção do governo é que as PPPs façam parte do plano de obras nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), marca das gestões petistas de Lula e Dilma Rousseff.

As PPPs são um modelo de concessão que pode envolver construção, operação e manutenção de diferentes ativos e serviços. No caso das concessões puras — como nos aeroportos federais — o ente privado é remunerado exclusivamente por meio da tarifa cobrada dos usuários.

A parceria público-privada pode ser usada para garantir uma tarifa mais barata e também em áreas onde a atratividade para o setor privado é menor. Por isso, o governo considera o modelo especialmente vantajoso em segmentos como o de mobilidade, de maneira a não onerar demasiadamente a tarifa do consumidor.

### **Recursos parados**

Um dos focos da Fazenda é dar maior segurança aos recursos que as empresas privadas recebem para prestar os serviços previstos nas PPPs. Para isso, o governo avalia usar um fundo para que a União seja garantidora das contrapartidas dos estados e municípios.

Uma trava importante ao modelo das PPPs hoje é que se tornou comum que as contrapartidas dos estados e municípios não sejam honradas durante os contratos. Isso afasta investidores e faz as empresas cobrarem valores maiores, já que o risco também é maior.

Para resolver essa questão, a Fazenda quer usar um fundo federal que já existe, chamado de Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS). Essa conta faria a União ser garantidora das contrapartidas, caso haja calote de estados e municípios. A avaliação do governo é que isso daria credibilidade ao sistema das PPPs, ao afastar esse risco.

O FDIRS foi criado durante a gestão Jair Bolsonaro para ajudar os estados e municípios a estruturarem os projetos de PPPs. Há cerca de R\$ 700 milhões no fundo hoje, valor que pode chegar a R\$ 11 bilhões, mas não há definição sobre quanto pode ser aportado.

Os técnicos avaliam que há diversos fundos com recursos parados que podem ser transpostos para a conta voltada às PPPs. Para o governo, o mais importante é ter garantias de que não haverá inadimplência, de maneira a facilitar a captação de investimentos.

A lei hoje já permite que cada governo regional crie fundos próprios. Muitas vezes, porém, as empresas veem esses fundos como frágeis ou apenas como rubrica orçamentária sem garantias reais. Da mesma forma, para muitas cidades pequenas e médias, é um custo político e técnico criar fundos dessa natureza, na visão do governo federal.

### Estruturação de projetos

A falta de projetos de qualidade também é uma queixa frequente do setor privado. O entendimento de técnicos da gestão Lula é que o FDIRS não deslançou e ainda precisa ser formatado para ser usado como garantidor e na estruturação das propostas.

Outra mudança é quanto à interpretação da regra que fixa o limite de 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual dos entes públicos para despesas com PPP. A RCL é a arrecadação de um governo, excluídas as transferências intragovernamentais.

A avaliação da Fazenda é que há interpretação restritiva sobre o que entra nessa conta, o que tem travado parte das parcerias, pois rapidamente se atinge o limite. Para o governo, não é preciso alterar o limite. Bastaria tirar da conta os gastos que deixaram de ser feitos em função da PPP.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 22/03/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### RUI COSTA DIZ QUE PRESIDENTE DO BC PRESTA 'DESSERVIÇO' AO PAÍS E PROMETE REAÇÃO CASO JURO NÃO CAIA

Ministro da Casa Civil disse que "cabe" uma proposta para mudar o regime de indicações para a diretoria do BC e criticou a nomeação de pessoas vindas de instituições privadas

*Por Wesley Galzo*

BRASÍLIA - Horas antes de o Comitê de Política Monetária (Copom) divulgar os rumos da taxa básica de juros, o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), disse a jornalistas nesta quarta-feira, 22, que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, presta um "desserviço" à população brasileira ao manter em 13,75% a Selic, que baliza todos os empréstimos. Ainda segundo o ministro, o governo já tem uma reação ensaiada caso o juro não caia: redobrar as críticas e os ataques a Campos Neto.

"O Brasil é disparado a maior taxa real de juros do mundo. Então, a economia está sendo asfixiada. O comércio está sendo asfixiado em seu financiamento. Nós estamos com uma crise de crédito", afirmou Costa. "Acho que não é explicável essa posição do Banco Central de ficar irredutível a uma taxa tão exorbitante de juros. Ou o mundo inteiro está errado e só o Banco Central Brasileiro está certo", prosseguiu. "O que o presidente do Banco Central está fazendo é um desserviço à nação brasileira", disse o ministro da Casa Civil em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto.

O Copom calibra a taxa de juros para o controle da alta de preços. Quanto maior a inflação, menor é o poder de compra das pessoas, principalmente das que recebem salários menores.

Para este ano, a meta central de inflação foi fixada em 3,25% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e será considerada formalmente cumprida se oscilar entre 1,75% e 4,75%. Segundo o boletim Focus do Banco Central, a estimativa do mercado financeiro é que a inflação este ano termine em 5,95%. Se confirmada essa projeção, este será o terceiro ano seguido de estouro da meta de inflação.

Braço direito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e coordenador do governo, Costa, no entanto, questionou o motivo de Campos Neto manter "a mesma dose de remédio" para conter a inflação. Ainda segundo o ministro, o presidente do BC "não precisa de um anúncio de novo marco fiscal para rever isso (política de juros)". O Ministério da Fazenda cogitava apresentar a proposta de arcabouço fiscal antes da reunião do Copom para estimular a baixa dos juros, mas a medida foi adiada para depois do retorno de Lula da viagem oficial à China.



**Lula e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, em evento no Planalto Foto: Wilton Junior / Estadão**

O ministro, contudo, não restringiu as críticas à condução da política monetária por Campos Netto. Costa relativizou a autonomia do BC ao insinuar que a autoridade estaria imune somente às ingerências do governo, mas não aos interesses do mercado financeiro.

“O economista Stiglitz, que está no Brasil, eu vi uma entrevista em que ele coloca algo muito relevante. Ele diz: toda vez que se fala em instituição pública independente, inclusive o Banco Central, a gente tem que se perguntar: independente de quem e do quê?”, questionou, citando o prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz.

“Ele disse (Stiglitz) que nos países que adotam isso - independência -, é levado a sério essa palavra. É independente do governo de plantão, mas é independente do mercado financeiro. Quem adota isso, nos lugares que adota, é proibido sair da direção de um grande banco e exercer a diretoria do Banco Central”, prosseguiu o ministro. “Em geral, a gente vê com naturalidade que o diretor ou o presidente de um grande banco saia da diretoria e vá para o BC, que vai regular e fiscalizar o banco”, completou.

O chefe da Casa Civil ainda afirmou que “cabe” uma proposta legislativa para mudar o regime de indicações para a diretoria do BC. Segundo Costa, há uma incongruência na Legislação que permite a nomeação de ex-diretores de instituições privadas, mas veda a indicação de políticos. O ministro, no entanto, disse que a discussão deve ser primeiro feita pela sociedade e pelo Congresso.

“Alguém sai de uma função pública, oito anos como governador, vem ocupar a direção de uma estatal — ‘isso não pode’, ‘isso é influência negativa’. Agora, alguém sair da direção de um órgão privado, vai para o órgão que vai fiscalizar esse órgão privado, sem nenhum intervalo, nem de um dia às vezes, — não tem quarentena —, aí todo mundo acha normal”, disse. “Isso não tem normalidade. Ele é independente do governo, mas é ligado a quem ele deveria fiscalizar. Isso não é natural. Isso não é correto”, argumentou.

### **Diretores do BC**

Costa confirmou que o Lula ratificou os dois novos diretores do BC propostos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), mas se recusou a informar os nomes escolhidos para assumir as diretorias de Política Monetária e de Fiscalização. O ministro alegou “fidelidade incondicional” ao presidente para não revelar a escolha. Segundo ele, Lula deve anunciar formalmente os escolhidos.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 22/03/2023**

## **BRASIL SUPEROU CRISE DE SEMICONDUTORES E ENFRENTA AGORA FALTA DE DEMANDA, DIZ PRESIDENTE DA ANFAVEA**

Após reunião com Haddad, em Brasília, Márcio de Lima Leite afirmou não acreditar em demissões em massa e destacou ‘potencial de crescimento muito grande’ do setor

**Por Giordanna Neves**

BRASÍLIA - O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite, afirmou nesta quarta-feira, 22, que a crise de produção no setor brasileiro deixou de ser pela falta de semicondutores para sinalização de demanda mais fraca. Ele se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília.

De acordo com ele, o mercado de veículos automotores inverteu a lógica de funcionamento. “O mercado há dois anos e meio vendia 70% das suas vendas a prazo e 30% de vendas à vista. Agora, esse mês, estamos vendendo 70% de vendas à vista e 30% de vendas a prazo. Significa que esse

consumidor desapareceu e está indo para mercado de usados e usados com mais de dez anos de uso”, disse após o encontro.



**Algumas indústrias automotiva paralisaram produção nos últimos dias Foto: Marcos de Paula / Estadão Conteúdo**

“Temos que ter atenção especial para voltar com esse mercado em patamares mais elevados, inclusive com renovação natural da frota, que é uma frota antiga. O Brasil passou de um mercado que havia uma crise de produção pela falta de semicondutores, e hoje a gente começa o ano com sinais de demanda (fraca)”, continuou.

Apesar da crise enfrentada pelas montadoras, que interromperam produção e anunciaram férias coletivas, Leite descarta a possibilidade de ocorrer demissões em massa no setor no curto prazo. “Não acredito (em demissões em massa). Temos uma grande oportunidade de crescimento e isso foi apresentado, inclusive com exportações e mercado local”, avaliou. “Lembrando que o que limitava nosso crescimento eram os semicondutores e hoje a realidade é uma realidade de que a crise de semicondutores está ficando para trás, então temos um potencial de crescimento muito grande e a gente acredita muito nisso”, emendou.

No encontro com o ministro, classificado por Leite como “positivo”, foram apresentados dados sobre a realidade do setor e os investimentos que o segmento busca fazer no período de transição tecnológica e retomada do mercado. Na avaliação do presidente da Anfavea, o ano começou desfavorável às empresas.

“O mercado começou o ano dando sinais não tão positivos quanto gostaríamos e apresentamos ao ministro o diagnóstico, passando tanto pelo mercado, por reindustrialização, e perspectivas futuras”, afirmou. Ele negou que tenham sido discutidas medidas de curto prazo que pudessem ter impacto no mercado de imediato.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, após dois anos de paradas forçadas por escassez de semicondutores, as montadoras voltaram a interromper a produção, mas, desta vez, também por falta de consumidores. Na última segunda-feira, 20, três grandes grupos, General Motors, Hyundai e Stellantis (dona de Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën) suspenderam linhas de produção e decidiram dar férias coletivas.

Na terça-feira, 21, em entrevista à TV 247, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que deseja que o País produza mais e importe menos veículos. “Como é que estamos passando o que estamos passando na indústria automobilística?”, questionou o presidente. “Temos que deixar de importar tantos carros e fabricar no Brasil. “Se temos 30 indústrias automobilísticas no Brasil, nós temos que produzir carro aqui”, afirmou.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 22/03/2023**

### DEPUTADO ARTHUR LIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA.

Lira diz que continuará ajudando em arcabouço fiscal e que dá sinais públicos para fortalecer Haddad

Líderes da Câmara ficaram insatisfeitos com o adiamento da apresentação do arcabouço fiscal

*Por Iander Porcella*

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça-feira, 21, que o prazo para a apresentação da proposta de arcabouço fiscal é do governo. O deputado também disse que continuará ajudando o Executivo nas discussões sobre a regra que substituirá o teto de gastos. Além disso, declarou que tem dado “todos os sinais públicos” para o fortalecimento do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A expectativa era de que a proposta de arcabouço fiscal fosse apresentada ainda nesta semana, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que o anúncio ficará para depois de sua viagem à China, que ocorrerá de 26 a 31 de março. Lira contou que recebeu telefonemas na terça de Haddad e do secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, que o avisaram da decisão de Lula. Ele, então, desmarcou uma reunião com líderes partidários da Câmara, prevista para amanhã, em que a regra fiscal seria discutida.

“Não vou comentar prazo, porque o prazo [para apresentar o arcabouço] é do governo. Nós estamos ajudando. Estou dando todos os sinais públicos para o fortalecimento do Haddad. O Haddad está dando todos os sinais públicos de muita conversa. O Haddad está sofrendo críticas do mercado e críticas do PT. Está bom o texto. Crítica dos dois lados, está bom o texto”, declarou Lira a jornalistas, durante um jantar em comemoração ao aniversário de um ano do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), organizado pelo líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PSB-PE).

Alguns líderes da Câmara ficaram insatisfeitos com o adiamento da apresentação do arcabouço fiscal porque o próprio governo quer uma aprovação rápida do projeto, para que a nova regra já seja incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que precisa ser enviada para o Congresso até 15 de abril.

“Continuam contando com a ajuda da gente, mas a decisão é do governo [sobre quando enviar o arcabouço]”, emendou o presidente da Câmara. Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), “receberam bem” as linhas gerais do arcabouço mostradas a eles por Haddad. Na proposta, havia gatilhos para que o gasto público tenha um perfil “anticíclico” e para que possa haver crescimento de despesas em momentos de desaceleração econômica. Esses gatilhos estariam atrelados à arrecadação.



**Líderes da Câmara ficaram insatisfeitos com adiamento da apresentação do arcabouço fiscal. Foto: Dida Sampaio/Estadão**

Na última quinta-feira, 16, o ministro da Fazenda já havia se reunido com Lira para tratar da regra fiscal. Logo depois do encontro, em entrevista à GloboNews, o presidente da Câmara elogiou a interlocução de Haddad com o Congresso.

De acordo com interlocutores, Lira vê em Haddad o único integrante do governo que entende o contexto

político atual, de polarização do País e vê o ministro se esforçando para “construir pontes”.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 22/03/2023**

## **‘O BRASIL NÃO PODE VIVER COM DÉFICITS FISCAIS CRÔNICOS’, DEFENDE ALFREDO SETUBAL, CEO DA ITAÚSA**

Presidente da companhia acredita que a redução no juro virá ainda em 2023, mas não na reunião do Copom desta quarta-feira

### **ENTREVISTA COM**

**Alfredo Setubal - Presidente da Itaúsa**

Em um ambiente de juros altos e economia crescendo pouco, o momento é pouco propenso a novos investimentos, afirma Alfredo Setubal, o presidente e diretor de Relações com Investidores da Itaúsa, maior holding de investimentos de capital aberto do País.

O executivo acredita que os juros podem cair neste ano no Brasil, mas não hoje, em que o Comitê de Política Monetária (Copom) decide os rumos da política monetária. Ele considera essencial que o País tenha um arcabouço fiscal. “O Brasil não pode viver com déficits fiscais crônicos”, disse, em entrevista exclusiva para o Estadão/Broadcast, após a divulgação de resultados da holding. A Itaúsa teve lucro líquido de R\$ 13,7 bilhões em 2022, recorde da série. Investidora do Itaú Unibanco, maior banco da América Latina, colhe nele a maior parte do resultado, mas tem buscado diversificar, com ativos como a CCR, a Aegea, de saneamento, e a Alpargatas.

### **Leia a seguir os principais trechos da entrevista:**

#### ***Chegou o momento de os juros caírem no Brasil e no exterior?***

Lá fora, a inflação continua alta, nos Estados Unidos e em vários países de Europa. Acho que pode ter uma paradinha, quem sabe o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) suba 0,25 ponto em vez de 0,50 ou não suba nada. Mas a tendência no mercado internacional é de os juros continuarem altos.

#### ***E no Brasil?***

Minha expectativa neste momento é de que a taxa de juros seja mantida na reunião desta semana. A conjuntura internacional é difícil, os fluxos de capital mudando de um lado para o outro, crise bancária, a inflação ainda é alta, com vários setores ainda com inflação de 8%, 10%. Vamos ver queda dos juros no Brasil ainda este ano, acho bem provável. Até pela falta de um novo arcabouço fiscal, para a reunião desta semana vemos manutenção dos juros e viés mais positivo do Banco Central em seu comunicado.

#### ***A economia deve crescer menos este ano no Brasil. Como isso pode afetar o resultado da Itaúsa?***

A queda da renda das famílias com a inflação no ano passado foi alta. Reajustes salariais nos últimos meses recompuseram um pouco essa queda. Não vemos queda adicional muito grande acontecendo este ano, mas também não vemos recuperação da massa salarial. Taxa de juros influencia, queda de renda influencia, insegurança política e econômica, todos são fatores que levam a confiança do consumidor mais para baixo e uma certa retração. E é o que estamos vendo, com indústria mais devagar, indústria automobilística dando férias. Minha expectativa hoje é de um crescimento da economia abaixo de 1% e muito sustentado pelo agronegócio. Espero que este arcabouço fiscal que vai ser proposto traga tranquilidade maior para empresas e consumidores e que a gente volte a ter nível de confiança maior na economia.



**CEO da Itaúsa, Alfredo Setubal Foto: Felipe Rau/Estadão**

#### ***A âncora fiscal é essencial para a economia crescer mais, para os juros caírem?***

Acho que sim. O Brasil é um país vulnerável. Só não estamos em situação de maior vulnerabilidade porque temos US\$ 320 bilhões em reservas. A nossa dívida é alta para um país emergente, e tem



déficit fiscal crônico. O governo Bolsonaro conseguiu reduzir a dívida pública por controle de despesas, mas o déficit continua aí. Se não tiver um arcabouço fiscal que controle o crescimento da dívida pública, isso tudo leva sempre a juro mais alto. Pode ser menor do que é hoje, mas ainda será alto. E a uma economia que cresce pouco. O mercado quer estabilidade econômica, para que os ativos não desvalorizem, e disciplina fiscal.

### ***O novo arcabouço fiscal precisa então deixar claro o controle de despesas que vai trazer?***

Sem dúvida, o Brasil não pode viver com déficits fiscais crônicos. Vemos outros países na América Latina que têm esse problema e vemos em que situação eles estão.

### ***Como a crise bancária no exterior pode chegar aqui?***

O custo de capital sem dúvida sobe. O Banco Central atua muito fortemente. Os grandes bancos são muito sólidos, com base de capital muito grande. Nos bancos menores também não vejo problemas. Todo mundo apertou a concessão de crédito ao longo de 2022, em função de um cenário que já se mostrava mais desafiador e foi se deteriorando ao longo do ano. Os bancos foram mais contidos. Não vejo crise de inadimplência acontecendo no Brasil, nem este ano nem no próximo. Isso não vai se refletir em crise bancária no Brasil. O sistema é sólido, os bancos menores têm liquidez, os depósitos são garantidos. O Brasil tem no sistema financeiro uma das âncoras, é muito sólido para aguentar os solavancos que vem de fora.

### ***O senhor também não vê uma crise de crédito?***

Não. Claro que haverá empresas com mais dificuldade, por conta de uma economia mais desacelerada. A crise de crédito vem muito mais pela economia com performance um pouco mais fraca do que só pela taxa de juros.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 22/03/2023**

## **TECNOLOGIA BANCÁRIA COLABORA PARA MAIOR ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS; LEIA ARTIGO**

Com avanço de tecnologia no setor, o número de contas bancárias mais que dobrou nos últimos cinco anos

**Por André Cunha**

Há dez anos, bancos sem agências eram impensáveis. As opções de crédito limitavam-se a cinco ou seis empresas, onde precisávamos ir pessoalmente, pegar filas e esperar por aprovação. Pelo difícil acesso, muita gente passava a vida inteira fora do sistema bancário. Se negativados, “deixavam de existir” nesse contexto, impedidos de fazer movimentações, mas não paravam de consumir. Impossível viver em sociedades como a nossa sem necessidades de consumo. Pediam a terceiros para parcelar compras e fazer empréstimos. Cenário que as fintechs tornaram missão solucionar.

As respostas vieram em forma de cartão pré-pago, com saldo carregado por boleto e uso como débito



– vinculado ou não a uma conta bancária. Também o Buy Now, Pay Later, versão moderna dos carnês, com rápida aprovação do consumidor por consulta de dados. Já o Open Finance, que permite ao cliente decidir a qual banco se associar, com melhores condições de produtos e taxas, e o Pix, aderido por 150 milhões de brasileiros, foram demonstrações de que o Banco Central apoia essa evolução.

***Menos de três anos após seu lançamento, o Pix já é usado por cerca de 150 milhões de brasileiros, Foto: Leo Souza/Estadão***

Tamanho é o resultado que, nos últimos cinco anos, o número de contas bancárias mais que dobrou. Em 2018, eram em média 2,4 por brasileiro. Ano passado, 5,2. Em 2019, 29% da população adulta estava desbancarizada. Em 2022, a parcela foi reduzida para 13,5%.

Além da agilidade no atendimento, os baixos encargos são os principais benefícios da “era fintechs”. A tecnologia possibilita redução de custos operacionais, que não são repassados ao usuário. Isso somado à conveniência de ter o banco na palma da mão e maior possibilidade de escolha são alguns motivos que explicam o fenômeno.

E os números ainda podem subir, a depender de Banking e Card as a Service, que transformam qualquer empresa em banco ou emissor de cartão, como mercados, lojas e, recentemente, até times de futebol, com contas que fazem tanto quanto ou mais que as tradicionais. Já os cartões podem ser totalmente personalizados, com a marca da empresa e funções de crédito, débito ou pré-pago. A segurança é garantida pela fintech que fornece a infraestrutura.

Essa mudança de mindset traz ao consumidor todo o controle, liberdade que demanda responsabilidade. Espírito empreendedor e coragem o brasileiro já tinha e, agora, tem a tecnologia. O que falta para atingirmos nosso potencial é somente acesso à informação. Alcançado isso, todas as portas estarão abertas para nós.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 22/03/2023*

## PLANALTO TEM REPERCUSSÃO DE FALA DE LULA SOBRE MORO APÓS OPERAÇÃO E SECOM APONTA LIGAÇÃO ‘PERVERSA’

Ministro Paulo Pimenta convocou uma coletiva de imprensa às pressas para criticar as tentativas de associar o presidente às ações de grupos criminosos

*Por Wesley Galzo*

BRASÍLIA - O Palácio do Planalto está preocupado com o uso político pela oposição da fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que, no período em que esteve preso em Curitiba, dizia a procuradores e delegados que só iria “ficar bem quando foder com o Moro”. A declaração de Lula, embora tenha sido feita ontem, ganhou projeção nesta quarta-feira, 22, após a Polícia Federal (PF) cumprir mandados de busca e apreensão contra integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) que arquitetavam atentados contra autoridades e servidores públicos, dentre eles o senador Sergio Moro (União Brasil-PR).

Com Lula fora de Brasília para participar de eventos de entregas de obras, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta (PT), convocou uma coletiva de imprensa às pressas para declarar que as tentativas de associar o presidente às ações de grupos criminosos são “perversas” e “fora de propósito”. Pimenta chamou os jornalistas para apresentar a versão do governo com apenas 15 minutos de antecedência e foi acompanhado de ao menos cinco assessores. A reação veio após o governo detectar que bolsonaristas estavam explorando o episódio nas redes.



Antes de Pimenta vir a público, o ministro da Justiça, Flávio Dino também fez questão de desvincular a fala de Lula da operação da PF contra a organização criminosa de São Paulo.

***O ministro da Secom, Paulo Pimenta, convocou entrevista às pressas para dar explicações sobre fala de Lula Foto: Wilton Junior / Estadão***

“Tentar, como algumas pessoas estão tentando, estabelecer um vínculo entre essa declaração e a operação conduzida pela PF é algo absolutamente fora de propósito e serve evidentemente para a disputa política”, afirmou Pimenta. “Querer fazer esse

vínculo é uma estratégia perversa e mais uma forma de estabelecer uma relação de questionamento das instituições, que enfraquece a democracia e que deve ser repudiada”, argumentou o ministro.

Moro está entre os políticos que exploraram negativamente a fala de Lula, assim como têm feito os parlamentares que apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em entrevista à CNN na última terça-feira, 21, o senador disse temer risco a seus familiares após a fala de Lula. “Repudio veementemente, acho que o presidente feriu a liturgia do cargo por utilizar esse palavreado de baixo calão e simplesmente a gente tem que questionar quando isso é utilizado como forma de desviar o foco dos fracassos do governo federal”, afirmou.

O ministro da Secom, por sua vez, minimizou as declarações de Lula, alegando ser apenas uma manifestação de indignação por ter sido injustiçado. “A manifestação do presidente Lula foi uma manifestação em que ele relatou o sentimento de injustiça e indignação. Absolutamente natural e compreensível que alguém que ficou 580 dias detido numa solitária e que depois teve todos os seus processos anulados”, argumentou.

“Portanto, a manifestação do presidente Lula tem que ser compreendida dentro do contexto em que ele relata o momento que ele estava vivendo”, prosseguiu.

O presidente foi condenado por Moro quando ele ainda era juiz federal na 13ª Vara de Curitiba, então responsável pelos processo da operação Lava Jato. As decisões do ex-juiz, no entanto, acabaram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que o considerou parcial ao julgar Lula e declarou a Justiça do Paraná incompetente.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 22/03/2023*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### BAMIN FECHA CONTRATO DE VENDA DE MINÉRIO DE FERRO NA BAHIA PARA A ANGLO AMERICAN

O produto será destinado ao mercado externo, informou a Bamin em comunicado

*Por Ivo Ribeiro, Valor — São Paulo*



**Bamin, companhia de mineração de ferro — Foto: Divulgação**

A companhia de mineração de ferro Bamin, que já produz em baixa escala e tem um projeto grande na Bahia, acaba de firmar contrato de venda de minério de ferro para a gigante Anglo American — quinta desse segmento. O produto será destinado ao mercado externo, informou a Bamin em comunicado.

O contrato prevê volume da produção estimada para este ano da mina Pedra de Ferro, localizada em Caetitê (BA), região sudoeste do Estado. A mina vem operando com volume anual da ordem de 1 milhão de toneladas.

Conforme a nota, o acordo com a mineradora anglo-sul-africana é fruto de uma negociação estratégica entre as duas empresas. A Anglo American, afirma a Bamin, irá comprar o produto com destino ao mercado internacional preservando o selo de qualidade da empresa baiana.

A Bamin afirma que extrai e produz um “minério diferenciado”, com teor metálico acima de 65%, o que o classifica na categoria premium. No mercado internacional, o minério de 62%, referência em negociações de traders na China, foi cotado ontem a US\$ 121,40 a tonelada.

A mineradora informa ainda que o contrato assinado se deu na forma de “offtake” (modalidade de aquisição de parte da produção), sendo está a sua primeira negociação no formato.

O grupo Anglo American tem no país o sistema de produção Minas-Rio, que envolve uma mina em Conceição do Mato Dentro (MG), um mineroduto até o Porto do Açú, litoral do Rio de Janeiro, onde opera um terminal de exportação. Atualmente, a produção da empresa está na faixa de 24 milhões de toneladas por ano.

A mina Pedra de Ferro opera na capacidade de 1 milhão de toneladas de minério por ano devido à Bamin não dispôr de uma logística integrada de escoamento — sistema mina-ferrovia-porto. A empresa tem um projeto de chegar a 26 milhões de toneladas quando concluir seu projeto, em 2026.

A Bamin desenvolve o corredor logístico — trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL I, com 537 km de extensão, até Caetité — até o Porto Sul, em Ilhéus (BA). Ambos os projetos estão em fase de execução.

Criada em 2005, a mineradora é controlada pelo Eurasian Resources Group (ERG), do Cazaquistão. O projeto integrado mina-ferrovia-porto da companhia tem investimentos orçados em R\$ 20 bilhões.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 22/03/2023*

## MACRON COMPARA ATOS CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA A VANDALISMO NO BRASIL E NO CONGRESSO DOS EUA

Presidente francês reforçou que a proposta que aumenta a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos é necessária para equilibrar as contas do país

*Por Valor — São Paulo*



**Emmanuel Macron — Foto: Ludovic Marin/Pool via AP**

O presidente francês, Emmanuel Macron, comparou os protestos violentos contra seu plano de reforma da Previdência com os atos de vandalismo da invasão do Congresso americano, em 2021, e as ações de 8 de janeiro em Brasília.

“Quando os EUA passaram pelo que passaram no Congresso [em 2021], quando o Brasil passou pelo que passou [em janeiro], quando houve violência extrema na Alemanha ou na Holanda, devemos dizer que respeitamos e ouvimos”, disse Macron, nesta quarta-feira (22), na primeira entrevista à TV francesa depois das revoltas pela aprovação de seu plano de aposentadoria por decreto.

“Mas não podemos aceitar rebeldes e facções”, disse. “Devemos seguir em frente porque é do interesse maior do país”, afirmou.

Na entrevista para os canais de televisão “TV TF1” e “France 2”, o presidente francês defendeu a proposta que aumenta a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos. Ele disse não ter gostado da alteração, mas a defendeu como necessária para equilibrar as contas do país.

As observações vêm dois dias depois que o governo Macron sobreviveu a duas moções de desconfiança na câmara do parlamento.

Em Marselha, nesta quarta-feira, estivadores bloquearam o acesso ao porto – o maior da França – bloqueando o caminho para caminhões e carros, em meio a uma forte presença policial. Ao mesmo tempo, uma greve de catadores de lixo continua em Paris, que está em seu 17º dia. As autoridades emitiram nos últimos dias uma ordem exigindo que os trabalhadores cumpram um "serviço mínimo" de coleta de lixo por razões sanitárias.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/03/2023

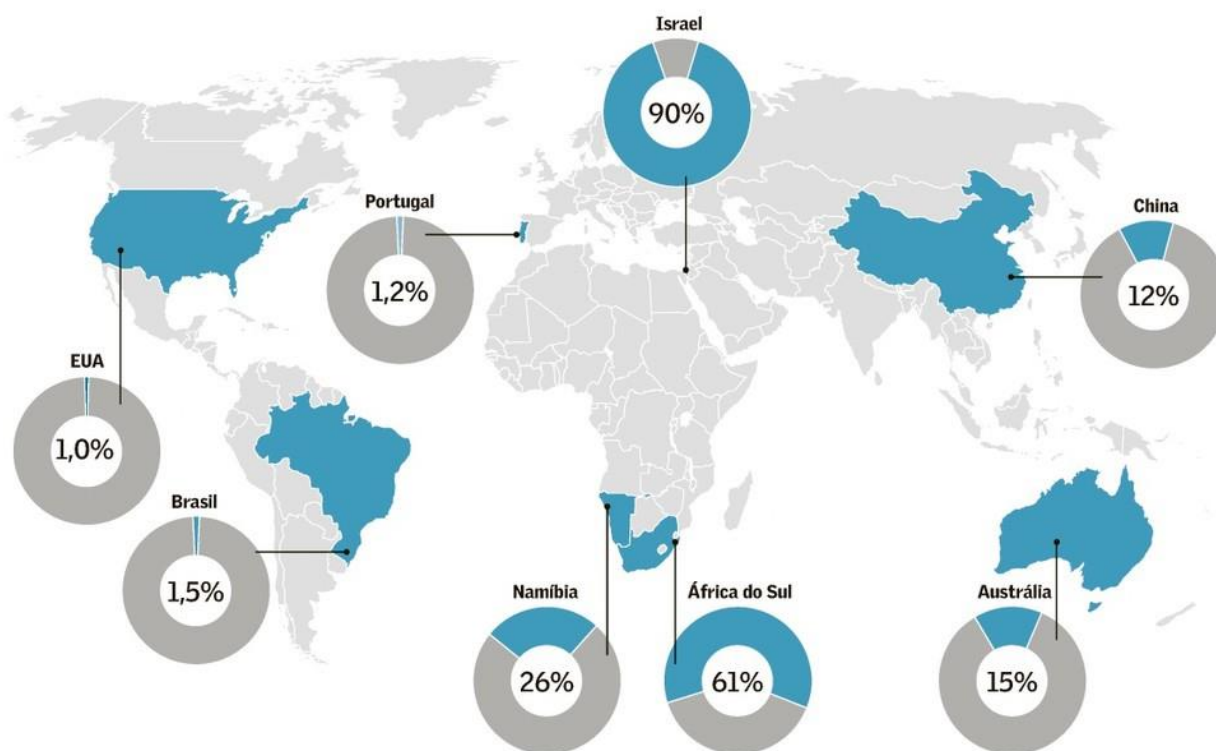
## REGULAÇÃO LIMITA O AVANÇO DE REÚSO

Parâmetros atuais de qualidade são aplicáveis à indústria, mas não incluem agricultura

Por Andrea Vialli — Para o Valor, de São Paulo

### Tudo se transforma

Tratamento de esgoto para fins de reúso no mundo



3 países apenas praticam o reúso potável direto: EUA, África do Sul e Namíbia

1918 foi o ano em que o Estado da Califórnia regulamentou a prática de reúso de água

40% da demanda de irrigação em Israel é suprida por água de reúso

Fonte: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); ONU Água

O que há de comum entre a Califórnia, nos EUA, e países como Namíbia e Israel? Acuadas pela escassez hídrica, essas regiões apostaram no reúso de água como uma alternativa de fornecimento. O Estado americano foi o primeiro a regulamentar a prática do reúso de água, em 1918; hoje, é o segundo maior usuário de água recuperada do mundo - trata e reutiliza 6,6 bilhões de metros cúbicos por ano. A Namíbia, pequeno país desértico localizado no sudoeste do continente africano, pratica o reúso potável direto - para abastecimento - desde 1968, água que abastece 400 mil habitantes, o equivalente a um quarto da população. Já Israel, conhecido pelas tecnologias de dessalinização de água, trata 90% do esgoto, sendo que a água de reúso supre 40% da demanda por água na irrigação.



Os dados fazem parte de um estudo realizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) como forma de ampliar o debate sobre o reúso de água no Brasil. Ainda imerso na cultura da abundância, o país considera a reciclagem de água como uma alternativa mais plausível para fins industriais. Hoje, apenas a fração de 1,5% do esgoto tratado serve a fins de reúso, mas é possível ir além. É o que pleiteiam 87 empresas associadas ao conselho, que compõem uma câmara técnica sobre água e veem no reúso uma alternativa para a segurança hídrica do país, face aos desafios de disponibilidade acentuados pelas mudanças climáticas. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) das Nações Unidas, é esperada uma redução na precipitação média de 22% ao longo do século, caso as emissões de gases de efeito estufa se mantenham em alta.

Entre os principais obstáculos à utilização mais ampla da água de reúso estão questões regulatórias, técnicas e também culturais. Entre 2010 e 2020, alguns Estados brasileiros publicaram regulamentos de reúso da água para diversos fins, entre eles a Bahia (2010), Ceará (2017), São Paulo (2017 e 2020), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (2020) e diretrizes nacionais foram publicadas em 2018. Porém, falta uma atualização desse arcabouço para novos padrões e usos mais exigentes. “Há lacunas regulatórias para um uso mais abrangente da água de reúso, pois os parâmetros atuais de qualidade são aplicáveis para reúso industrial, mas não dão conta da diversidade possível de usos, como o agrícola e o urbano”, explica Juliana Lopes, diretora técnica do Cebds.

Desse cenário, deriva uma insegurança jurídica para a atração de investimentos em reúso. Segundo Lopes, o novo marco legal do saneamento traz oito menções ao reúso e destaca a necessidade de um gestão integrada dos recursos hídricos, mas um regramento mais específico será vital para atrair mais recursos. “As empresas precisam dessa sinalização mais clara para trazer os investimentos necessários. Como o setor de água e saneamento têm cadeias longas e complexas, é grande o potencial de geração de empregos”, diz. Outro obstáculo diz respeito à percepção de que projetos de reúso requerem grandes investimentos - mas é possível começar com estruturas mais simples, como sistemas de captação de água da chuva.

Para além da legislação, o CEBDS enumera questões técnicas que precisam ser superadas para elevar o reúso no país, tais como a baixa qualidade operacional de estações de tratamento de efluentes, especialmente as mais antigas; entraves burocráticos para o desenvolvimento e financiamento de projetos de reúso, a falta de estudos técnico-científicos de viabilidade de implementação desses projetos, a falta de transparência das companhias de água e esgoto e a insegurança em relação aos riscos epidemiológicos da alternativa, o que faz com que o esgoto tratado seja visto com ressalvas para fins de abastecimento público, por exemplo.

A saída será fomentar esse diálogo com reguladores e formuladores de políticas públicas. “O reúso de água é importante porque economiza o recurso natural e diminui a dependência de fontes de água limpa. O setor empresarial defende o avanço dessa iniciativa e quer contribuir para a construção de políticas públicas que estimulem a prática”, destaca o coordenador da Câmara Temática de Água do CEBDS, André Melo, que deve apresentar experiências sobre reúso de empresas brasileiras na Conferência sobre Água da ONU, que começa hoje, em Nova York.

Entre elas, iniciativas como a do Aquapolo, que abastece o polo petroquímico de Capuava e do ABC Paulista com água oriunda do tratamento de esgotos de parte da região metropolitana de São Paulo, e também o sistema de reúso do Porto do Açú, em São João da Barra (RJ), que iniciou estudos para a implementação de um sistema com produção prevista de 300 litros por segundo para abastecer o complexo portuário e industrial.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 22/03/2023**

## SANTOS BRASIL PREVÊ CICLO DE RENEGOCIAÇÃO EM 2023

Além do contrato com a Maersk, que vence neste mês, operadora portuária vislumbra recomposição de preços

**Por Taís Hirata — De São Paulo**



Diferentemente do publicado anteriormente, o Ebitda no quarto trimestre foi de R\$ 198,3 milhões, e não R\$ 135,5 milhões.

A Santos Brasil se prepara para mais um ciclo de reajustes de preços em 2023 - a começar pelo principal contrato da operadora portuária, com a empresa de navegação Maersk, que vence no fim deste mês. Segundo o diretor financeiro, Daniel Dorea, “as negociações estão avançadas e há uma confiança de que haverá a renovação em bases satisfatórias para os dois lados.”

A expectativa para este ano é de estabilidade na movimentação de cargas, diz ele. “Em 2023, o catalisador será a renegociação de diversos contratos, não só o da Maersk. Devemos ter uma melhora do tíquete médio com a recomposição de preços. É isso que vai permitir à empresa uma distribuição forte de dividendos, a realização de investimentos de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões, e um bom posicionamento para estudar ativos novos.”

No quarto trimestre de 2022, a empresa registrou lucro líquido de R\$ 135,5 milhões, o que representa alta de 23,2% na comparação anual. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) cresceu 24,2% no período, chegando a R\$ 198,3 milhões. A receita líquida também subiu 5,7%, para R\$ 468,8 milhões.

O aumento dos resultados, segundo Dorea, já é fruto de uma reprecificação dos serviços ao longo de 2022. Os volumes, por outro lado, tiveram uma retração no quarto trimestre. Os terminais de contêineres movimentaram 296 mil unidades, queda de 7,9% na comparação anual. Em Santos, essa redução foi de 9,9%.

A retração, segundo a companhia, se deve a três fatores: a normalização da sazonalidade de importações em Santos, após a pandemia; o desaquecimento das importações de bens de consumo vindas da Ásia; e a estiagem na foz do rio Amazonas, que prejudicou as escalas de cabotagem.

A nova operação no Porto de Itaqui (MA), de granéis líquidos, ainda não trouxe efeito positivo no balanço de 2022, mas a perspectiva para este ano é positiva, segundo o executivo.

“Conseguimos iniciar as operações no quarto trimestre de 2022, fechamos os contratos somente em novembro e dezembro. Hoje, mais de 60% da capacidade instalada dos terminais já está contratada e novas propostas estão sendo confeccionadas”, disse. “Acho que conseguiremos rapidamente, no curso do primeiro semestre, contratar a nossa capacidade existente. A aposta da companhia foi muito acertada, principalmente na localidade, na região do Matopi, e no agronegócio.”

Neste ano, a companhia prevê iniciar a construção da capacidade adicional nos terminais de Itaqui, o que deverá demandar um investimento aproximado de R\$ 250 milhões em 2023.

Hoje o foco da Santos Brasil são os ativos atuais, diz o diretor. “Há uma entressafra de novos projetos. Estamos buscando entender quais serão as prioridades do governo, mas estamos confiantes.”

Em relação à privatização da Santos Port Authority (SPA), Dorea avalia que a perspectiva ficou mais distante. “Há uma mudança de visão. O que poderá acontecer é a concessão de serviços, como dragagem, acesso ao canal. Isso me parece mais factível”, afirma. Para o diretor, uma desistência em relação ao projeto da desestatização não é um problema. “É o ‘status quo’. A companhia convive com esse modelo de autoridade estatal há 25 anos.”

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 22/03/2023**



### AGÊNCIA BRASIL - DF

#### OPERAÇÃO PANTANAL 2, COMBATE AO INCÊNDIO NA REGIÃO<sup>©</sup> MAYKE TOSCANO/SECOM-MT

Projeto poderá ampliar proteção ao Pantanal  
*Por Letycia Bond - Repórter da Agência Brasil - São Paulo*

Uma proposta que visa proteger o Pantanal de Mato Grosso do Sul da expansão da monocultura tramita na Assembleia Legislativa. O deputado estadual Pedro Kemp (PT) apresentou, nesta terça-feira (21), o Projeto de Lei (PL) 69/2023, de autoria de Amarildo Cruz (PT), que faleceu em 17 de março. Agora, a matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Caso o texto seja aprovado em plenário, empresários do agronegócio deverão esbarrar em restrições. Com o projeto, a abertura de novas áreas destinadas a monoculturas - como o plantio de soja e a expansão de lavouras - terá proibições "rigorosamente observadas nas áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas na legislação estadual e no Código Florestal".

#### Delimitação

Se a proposta se tornar lei, ficará instituído o Programa Estadual de Proteção e Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Sul-Mato-Grossense, que deve melhorar a delimitação e a proteção de áreas prioritárias para conservação e recuperação de ecossistemas e estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre o bioma e de projetos de educação ambiental e de capacitação. O programa ainda deverá servir de base para atividades de ecoturismo e turismo sustentável na região.

Segundo o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD), do MapBiomas, entre 2020 e 2021 houve um aumento de 50,5% nas notificações que alertam para casos de desflorestação. Houve, também, crescimento de 15,7% da área desmatada no período.

*Fonte: Agência Brasil - DF*  
*Data: 22/03/2023*

### LULA INAUGURA PRIMEIRO COMPLEXO ASSOCIADO DE ENERGIA RENOVÁVEL

Empreendimento está instalado na Paraíba  
*Por Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, nesta quarta-feira (22), da inauguração do Complexo Renovável Neoenergia, no município de Santa Luzia, interior da Paraíba. Segundo o governo, esse é o primeiro complexo associado de geração de energia renovável no Brasil que integra a geração de energias eólica e solar fotovoltaica.

Em seu discurso, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou a intenção do governo em aumentar a participação de energia limpa no parque de geração do país. Além disso, para ele, os empreendimentos nesse setor podem ser indutores da industrialização na Região Nordeste.

"É geração de emprego e renda para nossas irmãs e irmãos nordestinos, é um símbolo do aproveitamento sustentável dos recursos naturais do país. Um complexo que soube unir geração eólica com geração solar tão abundantes no nosso querido Nordeste, um verdadeiro protagonismo do Brasil na transição energética", disse Silveira. "O sol e o vento serão os maiores indutores do desenvolvimento do Nordeste brasileiro, por meio da geração de energia limpa e renovável", completou.



Com um investimento de cerca de R\$ 3 bilhões, o projeto da Neoenergia destaca-se pela ação simultânea entre os parques eólico e solar, com o uso da mesma subestação e das linhas de transmissão. O modelo objetiva otimizar o uso da rede de transmissão em função da complementaridade das fontes de energia.

O empreendimento se estende por uma área de 8,7 mil hectares nos municípios paraibanos de Santa Luzia, Areia de Baraúnas, São José de Sabugi e São Mamede. Cerca de 250 famílias da região foram beneficiadas com o arrendamento de terras para a instalação dos aerogeradores e painéis fotovoltaicos. A energia gerada pelo complexo é de 0,6 gigawatts, suficiente para abastecer 1,3 milhão de residências por ano.

Em nota, a Presidência da República destacou o avanço da capacidade do Brasil na geração de energia limpa. “Ao fim de 2006, ano anterior ao lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) [de investimentos em infraestrutura], a capacidade instalada de usinas eólicas era de 237 megawatts. Em 2014, a potência instalada chegou a 3.106 megawatts”, informou.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 22/03/2023

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### EM REUNIÃO COM ABTP, MINISTRO FALA EM PROCESSOS MAIS CÉLERES PARA PROJETOS DO SETOR

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22/03/2023 - 13:29



*Associação discute internamente propostas com alternativas para tornar modelos simplificados o padrão de todos arrendamentos portuários*

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), disse a representantes de terminais portuários que acredita na possibilidade de processos mais céleres e mais adequados para projetos do setor. Em reunião com membros do conselho deliberativo e da diretoria da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), na última terça-feira (21), em Brasília, França ouviu a necessidade de simplificação de processos de

arrendamentos e autorização de novos investimentos privados, que ainda são considerados demorados e com muitos órgãos envolvidos. Ele reafirmou que o ministério está aberto ao diálogo e prometeu que a pasta buscará as decisões mais adequadas para o setor.

A ABTP discute internamente alternativas para tornar os modelos simplificados o padrão de todos arrendamentos portuários. “Temos uma proposta nesse sentido que será encaminhada em breve. Foi uma reunião bastante proveitosa do conselho deliberativo e da diretoria”, relatou à Portos e Navios o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva. Ele contou que foi uma relação institucional onde cada conselheiro teve oportunidade de apresentar sua empresa.

O presidente do conselho deliberativo, Roberto Oliva, destacou os números da associação, que possui 77 filiadas, detentoras de 230 terminais portuários e responsáveis por 76% de toda a movimentação portuária do país. A movimentação dos terminais associados à ABTP correspondeu a 19% do PIB nacional em 2022.

O diretor-presidente da ABTP destacou que já existem alguns assuntos encaminhados com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), ligada ao ministério. Ele acrescentou que a associação vem procurando discutir com o Ministério da Fazenda e a Receita

Federal outros temas importantes para os terminais, como a portaria RFB 2.129/2023 que trouxe novas exigências para obtenção dos benefícios do Reporto, bem como a prorrogação do regime tributário especial. Silva disse ainda que os assuntos também devem ser encaminhados junto às frentes parlamentares.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/03/2023

## TERMINAIS PEDEM PRAZO MAIOR DE ADAPTAÇÃO ÀS REGRAS DE ACESSO A INSTALAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS

Por Bianca Guilherme PORTOS E LOGÍSTICA 22/03/2023 - 10:04



*ANP destaca aumento da transparência e da qualidade dos dados nos seis meses de período educativo da resolução 881. Para especialista em regulação, agora é momento de avançar de fase para gerar mais confiança nos dados da agência*

Ao longo dos últimos seis meses a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vem orientando seus parceiros, de caráter educativo, nas mudanças da resolução ANP 881/2022, que entrou em vigor no dia 1º de outubro de 2022. Para o diretor da ANP, Fernando Moura, seis meses após a resolução, a agência começa a identificar os primeiros impactos da norma, como um aumento expressivo da transparência e da qualidade dos dados. "Todas as publicações realizadas, em função das exigências, demandaram um esforço conjunto dos nossos agentes. Após entrar em vigor, emitimos 30 notificações e realizamos um número expressivo de reuniões, ligações, interações por e-mail para que os dados estivessem publicados no prazo e com qualidade", relembrou.

Para o conselheiro da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Giovanni Paiva, mesmo com o cuidado que a ANP vem tendo em esmiuçar a norma, por ser um produto novo ainda seria necessário mais um período de seis meses de aplicação em formato educativo, exceto em casos fora da curva. "Eu observo que temos um cenário na aplicação da norma de mudança política, mudança de governo e não sei se isso tem a ver com a norma ou com a expectativa, mas muita gente parou de investir, muitos suspenderam estudos. Ainda não sabemos se alguns pontos vieram da própria norma, não experimentamos ainda a 881", destacou Paiva durante o workshop 'Acesso a Terminais Aquaviários - 6 meses da Resolução ANP 881/2022', promovido pela autarquia.

De acordo com o especialista em regulação da ANP, Jardel Duque, a equipe da agência reguladora vem se dedicando muito nos últimos seis meses para dar orientações, como resultado ao final da fiscalização todos os 35 operadores de terminais mostraram-se cumprindo integralmente as regras de publicidade de informações, enquanto em novembro de 2022 constavam apenas quatro operadores 100%. Para Duque, o que ainda pode estar no caráter de aprendizado e vale o acompanhamento mais educativo é o conteúdo das informações de alguns documentos que são abertos e que não têm modelos pré- estabelecidos, por exemplo.

"Nesse momento, acho que já passamos de fase, acredito que as empresas já colocaram ali, na sua cultura, o cumprimento da 881. Lógico que sempre cabe algum ajuste pequeno, por exemplo, as vezes erra a descrição de um campo, mas a gente já tem feito esse contato por e-mail diretamente com as empresas. A situação é diferente quando temos atrasos constantes na entrega dos dados, se percebermos isso, precisamos passar para a etapa seguinte que é apertar um pouco mais na fiscalização", comentou.

Segundo Duque, a resolução 881 tem como objetivo regular as atividades de aquisição e processamento e reprocessamento de dados, além de elaboração de estudos e acesso aos dados



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 051/2023  
Página 51 de 51  
Data: 22/03/2023  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

técnicos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas bacias sedimentares brasileiras. O especialista acredita que, nesse primeiro momento, a resolução ainda passa por uma validação das informações pela própria sociedade e a medida que a ANP for aprendendo, os dados terão mais confiança e poderão ser usados no suporte de decisões de investimento, para inteligência de mercado e para melhoria das condições de acesso de qualquer interessado.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 22/03/2023*



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 22/03/2023*